

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA

**AS MÚLTIPLAS “FACES” DA NEGLIGÊNCIA NAS
SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**SÃO PAULO
2006**

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA

**AS MÚLTIPLAS “FACES” DA NEGLIGÊNCIA NAS
SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Myrian Veras Baptista.

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**SÃO PAULO
2006**

Banca examinadora:

PUC – São Paulo

Ano 2006

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Sr. José e Dona Lourdes, que me ensinaram a lutar pelo meu ideal e passar por cima de todos os obstáculos da vida.

Ao meu querido filhão, Gustavo, que me deu carinho e foi paciente em todo o processo do mestrado.

Aos meus irmãos, José Carlos, Jaciel, Lourdes, Rafael, Valéria e Cláudia, que me ensinaram a dividir as alegrias e tristezas da vida.

Ao Fernando, meu companheiro.

AGRADECIMENTOS

Iniciar a viagem do conhecimento no mestrado foi um processo muito especial. Passei por cima de vários receios e dificuldades que me impediam de ir em frente, primeiro, pela falta de apoio financeiro, depois, pela depressão, que me deixava muitas vezes sem vontade de buscar o verdadeiro significado de estar na academia.

A vontade de aprender e de conhecer foi maior e consegui superar esses obstáculos e finalizar esse processo, que teve início em 2004.

Em toda essa viagem, encontrei pessoas maravilhosas, dentre elas, resalto a Profa. Dra. Myrian Veras Baptista, que me aceitou como sua orientanda e me mostrou outros caminhos para a compreensão do meu projeto. Esteve sempre presente com atenção, carinho e muita sabedoria. Muito obrigada!

Às Profas. Maria Lúcia Silva Barroco e Cristina Brites, coordenadoras do Núcleo de Estudos sobre Ética e Direitos Humanos, que me abriram as portas para essa incrível aventura que é a busca de um novo saber.

Às Profas. Dras. Maria Lúcia Martinelli e Eunice Teresinha Fávero, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

Aos amigos do Núcleo de Estudos sobre a Criança e o Adolescente e do Núcleo de Estudos sobre Ética e Direitos Humanos, que contribuíram de forma significativa, com carinho, apoio e reflexões.

Ao Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância e Juventude do ABCD, através da coordenadora técnica Lígia M. Vezaro Caravieri, pela possibilidade de abertura para a realização da pesquisa que deu base a esta dissertação.

Às amigas e profissionais do Crami – Diadema, Neide, Christianne, Valéria, Maria, Silvânia, Rosana, Karla, Ana Lúcia, Carla, Patrícia, Ana Paula, Cristiane, que foram parte integrante desta pesquisa e que, ao longo do tempo, estiveram totalmente abertas a refletir e conhecer o novo.

Às profissionais Dilma, Valquíria e Eliane, da Prefeitura Municipal de Diadema, que se mostraram receptivas para o levantamento de informações sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente do município.

Especialmente, aos amigos que conheci neste processo do mestrado e passaram a fazer parte de minha vida, que me apoiaram e me deram toda atenção nos momentos mais difíceis, Eliane e Olésio.

Às amigas que sempre me incentivaram e me apoiaram em vários momentos de minha vida, Lilia, Rosângela, Mônica e Miriam. E às mais recentes amizades, Leonir, Raquel e todos os colegas da Sehab.

Aos meus sogros, Sra. Jurcelina e Sr. Fernando, que sempre se mostraram disponíveis para cuidar do meu filho, nos momentos em que precisava me dedicar aos estudos. Muito obrigada!

Ao CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos professores ao longo do mestrado, José Paulo Neto, Evaldo Amaro Vieira, Carmen Junqueira, Maria Carmelita Yasbek, Dilséa Adedata Bonetti e Maria Amália F. Vitale. Participar das aulas com essas feras do saber não tem preço!

À secretária do Programa de Serviço Social da PUC-SP, Kátia, que está sempre nos auxiliando com muito carinho e dedicação. Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma construção crítica sobre a categoria negligência, na perspectiva dos profissionais do atendimento do Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância do ABCD – Unidade Diadema. Tem como objetivo contribuir para *novos olhares* sobre esse tema. O marco teórico que norteou todo o processo de pesquisa foi a teoria social de Marx, especificamente a categoria totalidade, o que possibilitou uma visão mais ampla da categoria negligência. Apropriamo-nos da análise de conteúdo para analisar as discussões desenvolvidas na pesquisa, por meio da técnica qualitativa do grupo focal. A técnica possibilitou abordar o tema envolvendo não só o cotidiano de trabalho do Crami, mas os sentimentos e a visão que cada profissional tem sobre esse tema complexo e contraditório. Esse fato contribuiu de forma substantiva para a análise. O estudo sobre a negligência mostrou que essa é uma categoria que merece uma atenção maior no que se refere às pesquisas e estudos científicos. Concluímos neste estudo que, para compreender a negligência, devemos ter claro que existem determinantes para que essa situação se configure como negligente e que é necessário colocarmos na pauta de discussões, nos espaços de direito da criança e do adolescente, uma visão ampla do significado dessa categoria.

Palavras-chave:

Criança e adolescente, família, negligência, violência doméstica.

ABSTRACT

This text presents a critical construction on the category recklessness, in the perspective of the professionals of the attendance of the Regional Center of Attention to maltreatment in the Infancy of the ABCD - Diadema Unit. It has as objective to contribute for new looks on this subject.

The theoretical landmark that guided the research process all was the social theory of Marx, specifically, the category totality. What it made possible a ampler vision of the category recklessness. In we appropriate them of the content analysis, to analyze the quarrels developed in the research, through the qualitative technique of the focal group. This technique in made possible them to not only approach the subject involving the daily one of work of the CRAMI, but, the feelings and vision that each professional have on this complex and contradictory subject, this fact contributes of substantive form for the analysis. The study on the recklessness in it showed them that this is a category that deserves a bigger attention, in that if relates to the research and scientific studies. We conclude in this study that stops understanding the recklessness, we must have clearly that they exist determinative so that this situation if it configures as negligent and that it is necessary to place in the guideline of quarrels in the spaces of right of the child and the adolescent an ample vision of the meaning of this category.

Words - Key:

Child and adolescent, family, recklessness, domestic violence.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL	20
1.1 – Um pouco da história da luta pelos direitos da criança e do adolescente	21
1.2 – Um novo “olhar” sobre a criança e o adolescente	26
1.3 – O ECA orientando a gestão de políticas nacionais, estaduais e municipais de atendimento à criança e ao adolescente	29
1.3.1 – Conanda	30
1.3.2 – Condeca-SP	31
1.3.3 – CMDCA.....	33
1.3.4 – Conselho Tutelar	34
1.4 – A sociedade civil na defesa dos direitos da criança e dos adolescentes	36
1.5 – A política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade de Diadema	39
1.5.1 – Breve histórico sobre a assistência social voltada a criança e adolescente de Diadema	42
1.5.2 – Rede de Atenção a criança e ao adolescente de Diadema-RECAD	45
1.6 – Crami-Diadema	47
CAPÍTULO 2	
DESVENDANDO OS SIGNIFICADOS DA NEGLIGÊNCIA	48
2.1 – A busca do processo de construção do conhecimento	49
2.1.1 – Procedimentos metodológicos	49
2.1.2 – O universo e os sujeitos da pesquisa	50
2.1.3 – A pesquisa	52
2.1.4 – O Grupo Focal	55
2.1.5– Os encontros.....	57

CAPÍTULO 3

AS MÚLTIPLAS “FACES” DA NEGLIGÊNCIA	72
3.1 – Do abandono ao significado da negligência	73
3.1.1 – Abandono: Uma situação em atendimento	84
3.2 – As múltiplas faces da negligência	95
3.2.1–Na perspectiva dos profissionais de atendimento nas situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes	95
3.3 – Na perspectiva da Sociedade e do Estado	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUNS APONTAMENTOS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	124

LISTA DE SIGLAS

ACISA	Associação Comercial de Santo André
ANCED	Associação Nacional de Centros de Defesa
ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CLAVES	Centro Latino Americano de estudos da Violência e Saúde
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDECA-SP	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos maus-tratos na infância do ABCD
DASC	Departamento de Ação Social e Cidadania
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAISA	Fundação de Assistência à Infância de Santo André
FUMCAD	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LACRI	Laboratório da Criança
NCA	Núcleo de estudos e Pesquisas da Criança e do Adolescente
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho infantil
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
PT	Partido dos Trabalhadores
RECAD	Rede de Atenção a Criança e ao Adolescente de Diadema
SAM	Serviço de Amparo à maternidade e a infância
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
SEADS	Secretaria Estadual da Assistência e Desenvolvimento Social
SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

SUAS
UFPR

Sistema Único de Assistência Social
Universidade Federal do Paraná

INTRODUÇÃO

A pesquisa que originou esta dissertação tem como objetivo principal contribuir para uma reflexão crítica acerca da categoria negligência¹. Pretendemos aprofundar a discussão sobre um dos temas mais complexos na área da criança e do adolescente.

O interesse em desenvolver esta pesquisa está relacionado ao trabalho por mim desenvolvido com enfoque na questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes, tendo a negligência aparecido como um dos tipos de violência mais freqüente nos atendimentos. Nas intervenções, sentíamos enorme impotência, pois, nesse momento, encontrávamos várias dificuldades para efetuar os devidos encaminhamentos, uma vez que a conceituação que utilizávamos estava muito além da nossa realidade.

Esse universo causava-me incômodo, assim como aos outros profissionais do atendimento direto. Como foi expresso por Carvalho e Ziliotto, do Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, no caderno *Trabalhando com famílias*: “Por trás de crianças abandonadas – crianças de rua e na rua, crianças agressoras e vítimas de agressão, estupro, trabalho precoce, prostituição... - também se encontram famílias abandonadas. Famílias abandonadas pela pobreza, exclusão ao acesso a bens e serviços e riqueza. Famílias abandonadas pela desinformação, alienação, isolamento, características das sociedades mega-urbanas em que vivemos” (in Symanski, 1992: 1-2).

¹ Segundo Azevedo & Guerra (1989) ‘compreende-se, por negligência o fato de a família se omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicar, educar e evitar acidentes. Tais falhas só podem ser consideradas abusivas quando não são devidas à carência de recursos socioeconômicos.

No Dicionário Escolar de Língua Portuguesa, negligência significa preguiça, descuido, desleixo, incúria, desidiar; negligenciar: tratar com negligência; desatender; descurar; descuidar; desleixa; desidiar.

Nas discussões do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a criança e o adolescente - NCA da PUC/SP, do qual participava, ficou evidente a preocupação com esse tema. Alguns membros participantes do núcleo, já haviam manifestado interesse nessa categoria. Entre outros, podemos citar: Fávero (2000: 44-5), que evidenciou, em pesquisa realizada com um grupo de assistentes sociais da área da Justiça da Infância e Juventude, que a maioria dos casos de destituição do poder familiar² deu-se em virtude da negligência, ou seja, 9,5% das situações pesquisadas. A autora enfatiza que as situações tidas de negligência não se relacionavam, necessariamente, à carência socioeconômica, mas, sim as violações “dos direitos mais elementares, nos quais se incluem os cuidados básicos indispensáveis a um ser humano em desenvolvimento (alimentação, saúde, segurança etc.)”(op. cit.: 45). Em outra pesquisa, realizada em 2004 por Rita de Cássia Silva Oliveira em parceria com Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça da Comarca de São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente, Fundação Orsa e Secretaria de Assistência Social de São Paulo, com o tema: O abrigo na cidade de São Paulo: conhecendo a realidade dos abrigos e dos abrigados, ficou explicitado que 22,3% dos motivos para o abrigamento de crianças e/ou adolescentes era o abandono e/ou a negligência.

Nesse contexto complexo e contraditório, surgiu a preocupação com o aprofundamento da discussão sobre as múltiplas faces da negligência, a fim de possibilitar uma construção coletiva dos vários significados dessa categoria, na perspectiva dos profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social³. Essa

² Com o novo Código Civil, entende-se por pátrio poder, o poder familiar, poderes e deveres dos pais e mães sobre os filhos.

³ Para compreender o significado do conceito de vulnerabilidade social, recomendo o artigo Transferência de renda e questão social, de Amélia Cohn, que explica que esse conceito está intimamente associado ao de exclusão social, ou seja, de uma nova exclusão social. Ela ressalta o significado de exclusão social, que seria “entendida como um fenômeno de marginalização de determinados segmentos sociais do processo de crescimento econômico, no geral pobres com baixa escolaridade, negros e mulheres”; incluo aqui também crianças e adolescentes. O conceito de nova exclusão social seria entendido como o “processo de marginalização social que vem atingindo os segmentos sociais até então incluídos socialmente e relativamente

discussão será feita, neste trabalho, tendo como apoio a legislação vigente que trata da proteção integral à infância e juventude: a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No art. 227 da Constituição Federal está expresso: “ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Em seu art. 4º, o E. C. A, reafirma que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Parágrafo único – A garantia de prioridade compreende:

- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

protegidos de cair na situação de pobreza. A exclusão social passa então a ser entendida como um fenômeno mais abrangente, envolvendo as esferas econômica, política, cultural e social da rede de sociabilidade dos indivíduos, e com essa ampliação remete ao conceito de vulnerabilidade social, ou de grupos socialmente vulneráveis, ou, ainda, de grupo em situação de risco”.(Cohen, 2005 :228-9)

Fica estabelecido, nesses artigos, o compartilhamento da proteção à criança e ao adolescente, mas é importante observar que os graus de responsabilidade dos parceiros são diferentes. Quando se trata da criança e do adolescente na singularidade⁴ de sua atenção, ou seja, no espaço familiar, a preocupação maior com o seu atendimento é dos familiares, mas, quando se trata da criança e do adolescente como sujeitos sociais, a questão da responsabilidade maior nos cuidados se situa na infra-estrutura de serviços, na comunidade, na sociedade e na política do Estado.

A responsabilidade, na singularidade da criança e do adolescente, se concretiza na família, que é a instância mais próxima, mas, para que ela cumpra essa responsabilidade, é preciso que possua condições para tanto, e é no contexto da sociedade, da comunidade e do Estado que isso acontece.

Na prática cotidiana, observamos que esse compartilhamento não está ocorrendo de fato. O que se vê, na maioria das vezes, são famílias culpabilizadas pela condição em que vivem e levam seus membros a viverem. E as responsabilidades do Estado, da comunidade, da sociedade, onde ficam nessas situações?

O conceito de negligência se refere à ausência de cuidados básicos (alimentação, saúde, moradia, educação, segurança, profissionalização, cultura e lazer) e de cuidados psicológicos e sociais, que são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa. Na ausência desses cuidados, caracteriza-se uma situação de negligência. Será que as outras instâncias (sociedade/ instituições/comunidade/Estado) não estão negligenciando crianças e adolescente e individualizando a situação, sempre responsabilizando a família?

⁴ A criança e o adolescente são vistos aqui na sua individualidade.

As situações que chegavam ao Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos à Infância do ABCD – Crami eram várias, mas a negligência sempre aparecia como o segundo principal motivo de violência cometido por familiares, como demonstrou a pesquisa, realizada pela instituição no período entre 1992 e 2001, na qual, de um total de 4.079 notificações recebidas, 810 foram de negligência/abandono.

Os motivos eram variados, indo desde a falta de cuidados por desconhecimento e informações até a situação sócioeconômica da família. Eram poucos os casos em que observávamos a existência de uma intencionalidade negligente. Muitas vezes, em algumas discussões de grupo, verificávamos que, na verdade, havia uma grande ausência de políticas públicas no atendimento às famílias que “negligenciavam” seus filhos por falta de condições para administrar-lhes os cuidados a que tinham direito.

Observávamos que os responsáveis, considerados negligentes, estavam nessa condição em decorrência de sua situação de subalternidade⁵. Aqueles que atendíamos, freqüentemente estavam submetidos a uma situação de subalternidade, a qual, em muitos casos, tinha como principais razões o desemprego, a falta de condições concretas para oferecer o mínimo aos filhos: a falta de habitação adequada, de acesso à educação, à alimentação. Esses eram fatores que freqüentemente apareciam como aqueles que desencadeavam situações tidas como de negligência.

Diante desses questionamentos e dessas reflexões, escolhemos desenvolver esta pesquisa junto aos profissionais de atendimento à violência doméstica contra crianças e adolescentes do Centro Regional de Maus-tratos na

⁵ Segundo Yasbek (1993: 18): A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.

infância do ABCD – Crami, especificamente da Unidade de Diadema. sentíamos a necessidade de um aprofundamento teórico e crítico sobre a questão, com o intuito de desenvolver uma intervenção mais qualificada e também ampliar o conhecimento sobre as determinações que incidem diretamente nas situações de negligência.

Para a realização da pesquisa, optamos por utilizar a técnica metodológica do grupo focal⁶. Os sujeitos da pesquisa foram os profissionais que atendem diretamente as situações de violência doméstica na entidade, ou seja, assistentes sociais, psicólogos e estagiários, e também a própria pesquisadora e autora deste trabalho, que foi integrada a equipe no período entre 1998 e 2001.

As discussões foram realizadas entre novembro de 2004 e dezembro de 2005, perfazendo um total de 10 (dez) encontros, que eram realizados às sextas-feiras, de acordo com a disponibilidade da entidade.

Executada a pesquisa, o passo seguinte foi a produção desta dissertação, com a consciência de que foram realizadas algumas aproximações sobre o tema. Acreditamos que essa categoria merece um aprofundamento maior, considerando que se trata de questão que preocupa cotidianamente os profissionais que trabalham com as seqüelas da violência.

No Capítulo 1, apresentamos um breve histórico sobre a construção da política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. Como embasamento teórico, buscamos autores que retratam a história da criança

⁶ Conforme ressalta Minayo: "A discussão de grupo (grupos focais) é uma abordagem qualitativa e também uma estratégia de coleta de dados". Nessa técnica, lembra, "o específico são as opiniões, relevâncias e valores dos entrevistados. Difere da observação, que focaliza mais o comportamento e as relações. Tem uma função complementar à observação participante e às entrevistas individuais " (1999: 129).

e do adolescente: Mary Del Priore, Edson Passetti, Vicente de Paula Faleiros, Maria Amélia de Azevedo e Viviane Guerra, além de fazer menções às legislações que tratam da criança e do adolescente: o antigo Código de Menores, a Constituição Federal do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda nesse capítulo apresentamos um novo olhar sobre a criança e o adolescente, por meio da mobilização da sociedade civil e do enfoque nos Conselhos de Direitos, no Conselho Tutelar, além de ressaltar a formação dos Crami's enquanto entidades de atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica.

No Capítulo 2, estaremos apresentando todo o processo de construção do conhecimento, a trajetória deste estudo, a teoria com a qual nos baseamos e os procedimentos metodológicos necessários para o desvelamento deste trabalho.

Será apresentada a pesquisa realizada junto à equipe de trabalho do Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância do ABCD – Núcleo Diadema, enfocando o universo da pesquisa, os sujeitos entre os quais me incluo. Os encontros e alguns relatos desses encontros.

Por fim, no Capítulo 3 será feita uma análise do material coletado através das discussões realizadas nos encontros. Nesse momento, apresentaremos os *Múltiplos olhares sobre a negligência*, com enfoque na questão da família, da comunidade, da sociedade e do Estado.

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL

1.1. Um pouco da história da luta pelos direitos da criança e do adolescente

“Quando os indivíduos sociais organizados coletivamente conseguem superar os entraves à autonomia, à decisão à respeito das normas, às escolhas, estamos diante de situações históricas nas quais a liberdade deixa de ser um valor e uma possibilidade para se transformar em realidade concreta. Isso ocorre somente em momentos revolucionários; trata-se de conquistas relativas a cada momento histórico que vão dando consistência a transformações sociais de medidas diversas.” (Barroco, 2000: 60)

A política de atendimento à criança e ao adolescente, em nível nacional, tem em sua história alguns marcos importantes, que devem ser ressaltados. Além desses marcos, há de se destacar os paradigmas que nortearam sua realização nas diferentes conjunturas.

No período da emergência dessas políticas, existia uma forte determinação de controle social e higienização, principalmente no atendimento às camadas mais pobres da população.

No final do século XIX e início do século XX, com a proclamação da República, seguiu-se um período de muitas mudanças na economia, na política e na sociedade. Nas grandes cidades, com a abolição da escravatura e com o ingresso de imigrantes no país, em boa parte constituindo mão-de-obra com vistas à atender ao processo de industrialização que se iniciava, ampliou-se o número de pessoas em situação de pobreza, de crianças abandonadas pelas famílias, de adolescentes que se tornavam delinqüentes diante da falta de oportunidades.

Azevedo e Guerra, ressaltam que a categoria infância pobre é a mais ampla de todas que compõem a 'infância em dificuldade', foi descoberta como problema social desde os fins do século XIX e início do século XX, com a abolição, proclamação da república e crescimento acelerado de duas grandes cidades: Rio de Janeiro e São Paulo. (1993: 234).

A cidade de São Paulo, especificamente, experimentou um enorme salto no seu crescimento demográfico: de um total de 30 mil habitantes, em 1870, a população passou para 286 mil no ano de 1907(cf.Santos, in Del Priore, 2006: 212).

O processo de industrialização intensificava-se. Aumentava o número de estabelecimentos fabris, em sua maioria dos setores têxtil e alimentício de serrarias e de cerâmicas. As famílias que trabalhavam nesses estabelecimentos moravam na sua grande maioria em cortiços, sem nenhum tipo de saneamento básico ou de condições adequadas para sua sobrevivência. Essas famílias padeciam de todo tipo de carência: cultural, psíquica, social, econômica.

É importante ressaltar, que o progresso alcançava a área social e habitacional, provocando o surgimento de enorme contingente de pessoas em situação de miséria.

Dentro deste contexto de miserabilidade, famílias com grande dificuldade financeira para cuidar dos filhos, os abandonava em instituições de caridade, muitas delas ligadas a igreja para garantir a sua sobrevivência:

“Ainda no século XIX, o abandono das crianças nas rodas dos expostos⁷ ou o recolhimento em instituições para meninas pobres eram

⁷ Era um mecanismo giratório, utilizado em países europeus, Estados Unidos e no Brasil, para onde foi trazido pelos portugueses. Era utilizado por famílias pobres que abandonavam seus filhos, devido à sua situação de miséria, mas há notícias de que era utilizado também por pessoas de maior poder aquisitivo

fatos que revelavam as dificuldades de muitas famílias para garantir a sobrevivência de seus filhos. Viam na misericórdia cristã, materializada nas santas casas, uma possibilidade de sobrevivência e esperavam que a sorte trouxesse um futuro menos desesperador. Acreditavam nas ordens religiosas ou nas iniciativas filantrópicas de particulares como uma maneira de obter meios para contornar a situação de pobreza que intensificava-se. (Passetti, 2006: 350).

Esse contexto a um só tempo social econômico, político e cultural passou a exigir um redimensionamento por parte do Estado para atender à demanda. A situação começou a ser considerada um problema social.

Já no século XX, a sociedade e o Estado estavam preocupados com a ordem e o progresso do país, o que levou governantes a desenvolver ações para “assumir” suas responsabilidades com os pobres.

Diante da crueldade com que eram tratados os miseráveis, ocorreram várias manifestações, por conta da politização dos trabalhadores urbanos, incentivados pelos anarquistas. “Num país de tradição escravocrata, as críticas à situação de vida das crianças (sem escola, com trabalho não regulamentado e regulamentos desrespeitados, habitando em condições desumanas) abriram frentes para reivindicações políticas de direitos e contestações à desigualdade” (Passetti, 2006: 354).

Para atender a essa demanda, foram criados, ao longo do tempo, alguns órgãos que passaram a se responsabilizar pela “ordem social” vigente. Tais instituições, buscando excluir meninos e meninas da convivência em sociedade, colocando-os em internatos. Eram órgãos que mantinham finalidades higienistas e assistenciais.

Podemos destacar, entre esses órgãos, os que aparecem no quadro.

Órgãos assistenciais e/ou de saúde)	Lei e/ou ano de criação
Inspetoria de Higiene Infantil (transformada em seguida em Direito de Proteção à Maternidade e à Infância)	Lei n. 16.300, de 1923 Decreto n. 24.278, de 1934
Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância	1937
Departamento de Amparo à Maternidade e à Infância	1940
SAM (Serviço de Assistência aos Menores)	1941
Legião Brasileira da Assistência	1946
Funabem (Fundação Nacional do Bem estar do Menor)	1964

Fonte: Orlandi, 1995 in Faleiros, 2005: 172.

A legislação que norteava a ação desses órgãos e da Política Nacional do Bem-estar do Menor era o Código de Menores (Decreto n. 17.343/A, de 12 de outubro de 1927), que consolidou as “Leis de Assistência e Proteção aos Menores”, ficando estabelecido o início do domínio da ação jurídica sobre a infância. Esse fato contribuiu para a emergência de uma ação jurídico-assistencial, que buscava um controle maior sobre a infância e a juventude.

O Código de Menores foi atualizado em 1979, durante o governo militar. Nessa nova configuração, não aconteceram muitas mudanças: a assistência continuou destinada aos menores pobres, com idade entre zero e 18 anos,

que a partir daquele momento, passaram a ser considerados em situação irregular⁸ quando houvesse a omissão da família, da sociedade e do Estado na garantia de seus direitos básicos.

Essa situação imposta às crianças e aos adolescentes, vistos sempre como menores em situação irregular, era tida como um sistema de garantia de segurança nacional, uma vez que prevenia o aparecimento de revoltados contra o estado e a sociedade.

A criança e o adolescente não eram vistos como cidadãos, como pessoas com direitos e acesso a serviços e bens comuns, mas sim como tutelados do Estado.

O ano de 1979, conforme decisão da Assembléia das Nações Unidas, foi declarado o Ano Internacional da Criança. Tal fato marcou a busca por um novo olhar sobre a criança e o adolescente, mobilizando a sociedade para ações que exigiam a mudança do Código de Menores.

⁸ “A privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além de situação de maus-tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por desadaptação familiar ou comunitária e de autoria”.(Faleiros, 2005: 172).

1.2. Um novo “olhar” sobre a criança e o adolescente

No final da década de 70 e no decorrer dos anos 80, iniciou-se um período com ares democráticos, em que eram permitidas manifestações por parte de movimentos em defesa dos direitos da criança e do adolescente, no sentido de produzir mudanças no Código de Menores. Dentre eles, podemos citar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua⁹, a Pastoral do Menor, a Comissão Nacional da Criança, que contribuíram de forma significativa para o fortalecimento de leis que protegessem a criança e o adolescente, garantindo-lhes proteção integral.

A partir do encontro de vários segmentos organizados para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, surgiu o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA)¹⁰, o que possibilitou uma articulação maior entre sociedade civil e poder público. Algumas campanhas de sensibilização foram iniciadas em nível nacional, como “Criança Constituinte, Criança-Prioridade Nacional”. Essas campanhas tinham como objetivo principal o estabelecimento das mudanças necessárias na legislação e na sociedade como um todo no que se refere à questão da criança e do adolescente.

As discussões sobre as mudanças no Código foram contempladas na Carta Constitucional de 1988 (art. 227) que culminou na elaboração do Projeto do Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁹É importante ressaltar, nesse período, que os educadores que trabalhavam com meninos e meninas de rua passaram a utilizar princípios da educação popular do educador Paulo Freire estabelecendo um novo relacionamento com as crianças e os adolescentes. O MNMMR nasce em 1985, e em 1986 realiza o I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, com a participação de 500 crianças e adolescentes de todo o Brasil, fato inédito no mundo. Fonte: <http://www.forumdca.org.br/?q=historico>

¹⁰ Fonte: www.forumdca.org.br.

O ECA é produto de várias manifestações, marcadas também pelas mudanças sócioeconômico-culturais do país após a passagem de um governo ditatorial para outro mais democrático, com a abertura política.

Somente no dia 13 de julho de 1990 foi consolidada a promulgação do Estatuto, o que veio transformar as diretrizes para o tratamento destinado às crianças e aos adolescentes, redimensionando as possibilidades de diferenciação do atendimento e priorizando a proteção integral.

A criança e o adolescente passaram a ser considerados sujeitos de direitos em fase peculiar de desenvolvimento. Ficou definido pelo Estatuto que seriam consideradas crianças as pessoas de 0 a 12 anos incompletos, e adolescentes, aqueles com 12 anos a 18 anos. Nos casos expressos em lei, excepcionalmente seriam considerados adolescentes pessoas com idade entre 18 e 21 anos de idade. A criança e o adolescente deixaram, portanto, de ser considerados “menores” ou em “situação irregular”.

No art. 4. do Estatuto da Criança e do Adolescente (transcrito a seguir), ficou estabelecido o compartilhamento das responsabilidades, o que o diferenciava do antigo Código de Menores, que enfatizava apenas a responsabilidade do Estado, enquanto tutor legal das crianças.

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990)

As mudanças foram significativas. A nova lei propôs novos paradigmas de atenção à infância, tendo como base preceitos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, acordo negociado pelas Nações Unidas e financiado pelos países parceiros.

Diferentemente do Código de Menores, que direcionava suas ações apenas para o segmento dos abandonados (pobres) e dos infratores (delinqüentes), o ECA assumiu a defesa integral de todas as crianças e adolescentes, independente da sua situação social, raça ou cor.

As ações assistencialistas, estigmatizadoras, preconceituosas são repudiadas por esse estatuto, que defende a causa da criança e do adolescente.

O E.C.A. garante direitos sociais e pessoais à infância e à juventude, através da implementação de políticas públicas especialmente dirigidas a estes segmentos.

Podemos apontar como alguns dos avanços do ECA com relação ao Código de Menores:

Diferenciação no atendimento destinado a crianças e adolescentes, colocando-os como prioridade número um nas ações das políticas públicas:

- Priorização do convívio familiar.
- Caráter educativo.
- Determinação de que as ações não devem se pautar em questões econômicas, mas priorizar o empobrecimento como causa geral (estrutural) e o atendimento particular, de acordo com a necessidade de cada um.
- Prevê medidas sócio-educativas.
- Dá direito à ampla defesa, instaurando a figura do defensor público para a criança e o adolescente.
- Entende que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos.

1.3. O ECA orientando a gestão de políticas nacionais, estaduais e municipais de atendimento à criança e ao adolescente

Com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, inicia-se um processo de mudanças. Surgem novas perspectivas na busca da universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e na participação popular nas decisões das políticas sociais.

Conforme observa Souza: “A participação popular que envolve a década de 70 significa a reação da população aos regimes ditatoriais existentes nesse período. O controle social passa a ser entendido como o combate ao Estado feito pela sociedade. Isso é percebido pela atuação dos novos movimentos sociais, de caráter estritamente político, que manterão vínculos teóricos e práticos com as experiências sociais no campo da participação social. (...) Contudo, é no final da década de 1970 e início da década de 1980 que essa participação começa a ser entendida como participação nas decisões e não na execução das ações, como fora anteriormente” (2004: 175).

Para regulamentar a Constituição Federal surgiram leis orgânicas que instituíram os Conselhos de Direitos. Esses espaços garantiram outras formas de discussão e deliberação das políticas sociais, através do seu caráter democrático e participativo, entre sociedade civil e o Estado no que diz respeito à política social.

Conforme Martins (2004:199):“Nesse processo de construção de um novo paradigma para a área, os conselhos constituem espaços necessários para o estabelecimento de novos mecanismos de ação política que se proponham a assegurar os direitos fundamentais previstos no Estatuto. Têm como objetivo implementar a política de atenção à criança enquanto ação integrada, uma vez que as políticas sociais destinadas a crianças e adolescentes têm a necessidade de se articular às políticas das mais diversas áreas, como saúde,

educação, assistência social, trabalho e garantia de direitos, para haver um atendimento realmente efetivo para essa população”.

1.3.1. Conanda ¹¹

O Congresso Nacional, através da Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991, cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda.

Dentre outras competências, o Conanda ficou responsável por:

- Elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos arts. 87¹² e 88¹³ de Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- Dar apoio aos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, aos órgãos estaduais, municipais e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990.

¹¹ Fonte: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda_arquivos\lei8242.

¹² “Art. 87 do ECA – São linhas de ação política de atendimento:

I - políticas sociais básicas; II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem, III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV – serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente”.

¹³ “Art. 88 do ECA – São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento; II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgão deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; IV – manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos de direitos da criança e do adolescente; V – integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; VI - mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.”

O Conanda é integrado por representantes do Poder Executivo, assegurada a participação dos órgãos executores das políticas sociais básicas na área de ação social, justiça, educação, saúde, economia, trabalho e previdência social e, em igual número, por representantes de entidades não-governamentais de âmbito nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, dentre elas: Pastoral do Menor, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de Serviço Social, Associação Nacional dos Centros de Defesa.

Foi instituído o Fundo Nacional para a Criança e para o Adolescente, gerido pelo Conselho, que tem a prerrogativa de definir critérios e ações prioritárias para sua aplicação.

1.3.2. Condeca-SP ¹⁴

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente foi criado pela Lei n. 8.074, de 21 de outubro 1992, no Estado de São Paulo, e também foi criado o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente que controla as verbas orçamentárias da política de atendimento a criança e ao adolescente.

O Condeca é um órgão deliberativo e controlador das ações da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, é composto por 20 membros, sendo 10 representantes do poder público e 10 representantes da sociedade civil, e seus respectivos suplentes.

Os representantes do poder público são escolhidos pelo governador do Estado, dos seguintes órgãos: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Secretaria do Menor, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Cultura, Secretaria da Promoção Social, Secretaria de Esportes e Turismo, Procuradoria-Geral do Estado e Assembléia Legislativa.

¹⁴ Fonte: www.condeca-sp.org.br

A missão do Condeca-SP é incentivar, deliberar e controlar as ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do adolescente no Estado de São Paulo.

Controla 640 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e das milhares de organizações de atendimento existentes no Estado de São Paulo.

Algumas parcerias foram estabelecidas entre o Condeca-SP e a sociedade civil no que se refere à questão da violência:

- O Pacto São Paulo contra a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- A cooperação técnica firmada com o Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos da Infância do ABCD – Crami, a Visão Mundial/World Vision para a construção de uma rede de proteção à criança e ao adolescente em todo o Estado e a capacitação dos agentes fundamentais (médicos, policiais, educadores, professores, etc.) para melhor identificação e encaminhamento dos casos de maus tratos.
- O Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência – Sipia.
- A cooperação técnica existente até 2002 para auxílio ao Ministério da Justiça e à Secretaria Estadual da Assistência e Desenvolvimento Social – Seeds na implementação do sistema informatizado de dados sobre a infância e a adolescência no Estado de São Paulo junto aos conselhos tutelares.
- A Central de Informações dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- O Apoio à Associação Comunidade de Mãos Dadas na manutenção e expansão do sistema de auxílio virtual sobre questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente. Esse trabalho hoje reúne

magistrados e promotores filiados à Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude em uma rede de consultoria voluntária voltada à solução de dúvidas via Internet .

1.3.3 . CMDCA

Os Conselhos de Direitos são órgãos responsáveis pelas políticas públicas de defesa de direitos e promoção do bem-estar social da criança e do adolescente, em nível municipal.

O artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que cada município crie o seu conselho, através de lei federal, estadual ou municipal.

O CMDCA é um órgão permanente, deliberativo, controlador e paritário. Deve ser constituído com a participação do poder público e sociedade civil (entidades, trabalhadores e usuários), garantindo a participação popular nas decisões sobre a política voltada à criança e ao adolescente.

De acordo com Martins (2004: 200): “Como se trata de um espaço criado para a participação popular, todos os interessados devem poder expressar seu ponto de vista em relação ao tema discutido. Essas contribuições servirão, inclusive, para que os conselheiros possam fundamentar sua posição para o voto, levando em consideração todos os argumentos ali apresentados.”

Os Conselhos de Direitos são responsáveis pela definição de atendimento dos direitos da criança e do adolescente do município, pelo registro e fiscalização das entidades assistenciais ou organizações não-governamentais, que lidam diretamente com questões voltadas à criança e ao adolescente, pelo processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar e controle do Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente.

Esses espaços contribuem de forma significativa para que as políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes sejam garantidas e efetivadas.

1.3.4. Conselho Tutelar

Os Conselhos Tutelares são órgãos instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que garantem a participação popular.

“Ele é o espaço legítimo da comunidade: ela própria, através de seus representantes, vai atender a suas crianças, adolescentes e famílias, na defesa, orientação, encaminhamento das necessidades e demandas que apresentam. Tem funções advocatícias de defesa e garantia da atenção, de representação e encaminhamentos, junto a rede de serviços sociais públicos e privados, quando estes não cumprem o dever de desenvolvimento biopsicossocial das crianças, adolescentes e suas famílias; de escuta das necessidades e demandas da comunidade e de orientação educativa”. (Ziliotto e Carvalho, 1992: V).

Os conselheiros tutelares são eleitos pela população. Trata-se de cargos de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Portanto, para ser um conselheiro será necessário o envolvimento e o comprometimento com a causa.

Conforme o art. 136 do ECA, são atribuições dos Conselhos Tutelares:

I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

A. requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

B. representar perante a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos das crianças e dos adolescentes;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, entre as previstas no art. 101, I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, parágrafo 39, inciso II da Constituição Federal;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.¹⁵

Ao determinar a instituição de Conselhos Tutelares nos municípios, o ECA demonstrou um avanço fundamental na garantia dos direitos da criança e do adolescente.

¹⁵ Após o novo Código Civil, aprovado em 2002, passou a ser denominado poder familiar.

1.4. A sociedade Civil na defesa dos direitos da criança e do adolescente

Dentro desse contexto surgiram entidades da sociedade civil, que se propuseram a atuar enquanto Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, através de ações específicas. É importante acrescentar que a década de 80 foi fundamental para as mudanças na área da criança e do adolescente, através da mobilização da sociedade civil e mudanças no poder público.

Conforme Nicoletti (2005: 40-2) ressaltou, nesse período, surgiram os Cedecas - Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. Esses centros faziam parte da Rede Nacional de Centros de Defesa. A proposta de atuação era a articulação dos movimentos sociais e militantes de direitos humanos que lutavam por uma transformação social na área da criança e do adolescente. Em 1992, no III Encontro dos Centros de Defesa, foi apresentada por Wanderlino Nogueira a definição do Sistema de Garantia de Direitos, que enfocava três eixos de ação (promoção, controle social e defesa/responsabilização), desenvolvidos pelas instâncias do conselhos, promotorias, varas da infância, defensorias, delegacias, SOS, núcleos de assistência e atendimento . Em 1994, a Rede Nacional dos Centros de Defesa foi institucionalizada como Anced (Associação Nacional de Centros de Defesa), que teve como finalidade a articulação, mobilização e construção de diretrizes para esses centros. O Sistema de Garantia de Direitos tornou-se a diretriz básica de atuação deles em nível nacional.

Concomitante à criação dos Centros de Defesa, surgiram entidades voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Conforme Mattar apontou, os Centros Regionais de Atenção aos Maus-tratos na Infância tiveram início na cidade de Campinas. Em 04 de julho de 1985, a entidade foi fundada. Tratava-se de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, destinada à proteção integral da criança vítima de maus-tratos, espancamentos, estupros e outros abusos sexuais, intoxicações e outras

violências físicas, psíquicas e sociais. Foi formado por profissionais das áreas de saúde, educação e serviço social, que se mobilizaram devido ao alto número de crianças vítimas de espancamento que chegavam aos hospitais daquela região, sem muitas explicações. Visava fundamentalmente a prevenção, o registro, o tratamento e a reabilitação de casos de maus-tratos, bem como a promoção da criança junto à família ou sob a formação de lar temporário, em respeito à Declaração dos Direitos da Criança.

Diante dessa iniciativa de Campinas, começaram a surgir outros grupos sensibilizados com a causa. Em Santo André, no ano de 1987, um grupo de profissionais (médicos, assistentes sociais, psicólogos, advogados) inconformados com situações de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes dentro do lar, envolveram-se com a causa, através de pesquisas e estudos aprofundados sobre o tema, tendo o apoio da Faisa – Fundação de Assistência à Infância de Santo André, contando, também, com a assessoria do Crami - Campinas.

Em 12 de outubro de 1988, a entidade é fundada, e somente em 1992 consegue recursos da Acisa - Associação Comercial de Santo André para o aluguel de uma casa. Essa parceria garante a instalação da entidade. Consegue da Empresa Rhodia Têxtil a doação de uma linha telefônica e da Companhia telefônica o telefone 4992-1234, de fácil memorização, o que contribuiu para facilitar as notificações de maus-tratos por toda população, principalmente por parte das crianças e dos adolescentes.

Nesse mesmo ano, o diretor técnico, representado pelo assistente social Davi de Oliveira, com a proposta de realizar um trabalho mais qualificado, convidou estagiários de serviço social da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul e estagiários de psicologia da Faculdade Metodista de São Bernardo do Campo para realizarem estágio de forma voluntária, mas sob a sua supervisão e de psicólogos formados.

A idéia principal, ao envolver os estagiários, era elevar o número de pessoas para atender a demanda, uma vez que, com o telefone instalado, as notificações iriam aumentar, e também proporcionar uma nova experiência para os estudantes.

A equipe aumentou e, no ano de 1992, iniciou um grupo de estagiários de serviço social, do qual fiz parte, com a responsabilidade de participar de grupos operativos para discutir a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes, realizar visitas, acompanhamentos e dar encaminhamentos às situações que surgiam.

No ano de 1995, foi efetuado o convênio com a Prefeitura Municipal de Santo André, tornando possível a contratação de profissionais de serviço social e psicologia para ampliar o atendimento à comunidade.

O Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância e Adolescência do ABCD passou a ter participação efetiva na luta contra a violência doméstica, de forma regionalizada. Passou a divulgar os serviços oferecidos para a comunidade e buscar recursos para a ampliação do quadro de funcionários e a melhoria dos serviços.

Ao longo do tempo, novas parcerias foram estabelecidas e em junho de 1998, a Prefeitura Municipal de Diadema estabeleceu um convênio com a entidade, dando origem ao primeiro núcleo fora de Santo André. Em fevereiro de 2000, a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo estabeleceu o convênio com a entidade, dando origem a mais uma unidade.

1.5 A política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade de Diadema

A cidade de Diadema faz parte da região metropolitana de São Paulo, emancipado em 1959. Tem área de 30,7 km². A população recenseada pelo IBGE em 2000 era de 357.064 habitantes, e a estimativa populacional do instituto em 2005 era que a cidade passasse a contar com 389.503 habitantes. É considerada a segunda maior densidade demográfica do país e a primeira no Estado de São Paulo com 11.626, 20 hab/km²¹⁶.

A população de Diadema teve um crescimento alto. A partir da década de 60, sua população era de 12.308 habitantes; em 1970, passou a 78.914 e, em 1980, para 228.660. Nesse período, foi considerada cidade-dormitório, pois abrigava migrantes de baixa renda, em sua maioria do Nordeste e de Minas Gerais, que vinham em busca de emprego nas indústrias localizadas nos municípios vizinhos, São Bernardo do Campo e Santo André.

Com o crescimento populacional, ocorreu uma grande disputa por espaços urbanos em Diadema, marcada por ocupações, sobretudo de áreas públicas.

Com o desenvolvimento industrial e a valorização da terra, os antigos moradores foram expulsos dos espaços que ocupavam e passaram a morar em terrenos públicos, iniciando assim o processo de favelização no município. Esse processo se agravou ao longo das décadas de 70 e 80. Nesse período também cresceu a organização da população, que passou a ser representada por meio de movimentos populares.¹⁷

¹⁶ Fonte :http://www.nossosaopaulo.com.br/reg_13/reg13.htm

¹⁷ Fonte: www.lares.org.br/sl2 Mercado Imobiliário e política urbana: AEIS de Diadema – Somekh, Nadia; Campos, Cândido Malta; Wilderode, Daniel Van

Os movimentos populares organizavam-se para garantir a moradia da grande maioria da população, que se encontrava em situação vulnerável devido ao agravamento da situação econômica da cidade.

Nesse período, existia uma grande crise de emprego, por conta das indústrias, que exigiam maior qualificação do operariado. Esse fato foi, muitas vezes, determinante para que crianças e adolescentes fossem abandonados pelos pais e passassem a freqüentar as ruas da cidade.

Souza Neto¹⁸, em seu ensaio sobre a Rede de proteção e a construção da subjetividade das crianças e dos adolescentes na cidade de Diadema, aponta trechos de jornais da época, em que uma líder comunitária retrata a situação precária de crianças e adolescentes no município.

A líder comunitária e fundadora do Lar de Meninos São José¹⁹ de Diadema, D. Lazara Silveira Pacheco, em entrevista no *Diário do Grande ABC*, no ano de 1980, dizia: “Os comissários de Diadema reuniram-se em minha pobre casa e conversaram muito tempo sobre as crianças abandonadas nas inúmeras favelas do lugar. Nós não temos nem sequer um juiz de menores próprio da cidade. As crianças ficam nas celas dos presos (...) para não permanecerem jogadas na rua (...), pois não há nenhum lugar para deixá-las.”

A cidade de Diadema, na década de 80, caracterizava-se pela ausência de políticas sociais, principalmente na área da criança e do adolescente. Nesse período, os indicadores sociais revelavam altos índices de mortalidade infantil, de evasão escolar, de desnutrição, falta de saneamento, de trabalho infantil, falta de médicos, hospitais, postos de saúde, de política habitacional, de acidentes domésticos (Souza Neto, 2001: 9).

¹⁸ Fonte: <http://www.prattein.com.br/prattein/dados/anexo132.pdf>

¹⁹ Entidade que abrigava meninas e meninos de rua da cidade de Diadema.

Somente nos anos posteriores é que a situação começou a assumir outra dimensão política. O fato que marcou essa mudança foi o início das administrações municipais, ligadas ao PT²⁰: as de 1982 (prefeito Gílson Menezes), 1986 (José Augusto) e 1990 (José de Filippi).

A participação popular, através de movimentos organizados, influenciou de forma significativa a formulação dessas políticas sociais, garantindo a municipalização das áreas da habitação, saúde, educação, assistência, urbanização e transportes.

Para o atendimento às crianças e aos adolescentes, a Prefeitura estabeleceu convênios com entidades assistenciais, igrejas e associações populares.

Nos doze anos de administração do PT ocorreram várias mudanças na Cidade, permitindo a criação de Unidades Básicas de Saúde, centros comunitários, pronto-socorros, hospitais públicos, escolas, centros de cultura, de esporte e lazer, creches.

Essas conquistas foram alcançadas efetivamente com a participação popular, o que garantia um caráter democrático às ações das políticas de direitos da população.

Com a mobilização da população e sua articulação junto ao poder público, os órgãos de defesa criança e dos adolescentes foram instituídos no município, através da lei municipal n.1.140, de 6 de junho de 1991: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fumcad (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente) e os Conselhos Tutelares .

1.5.1. Breve histórico sobre a Assistência Social voltada a criança e ao adolescente de Diadema

²⁰ Partido dos Trabalhadores.

Em 1995, foi instituído o Departamento de Ação Social e Cidadania (Dasc), por meio da Lei n. 0036/95, art. 65, que tem como objetivo incentivar e dinamizar os programas, projetos, serviços e benefícios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social. É importante ressaltar que as ações voltadas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social são desenvolvidos através da assistência. O departamento, com a nova estruturação, passou a trabalhar com quatro eixos de ação:

- Enfrentamento à pobreza, centrada na família;
- Extensão dos direitos da cidadania;
- Fortalecimento dos mecanismos de gestão e controle social;
- Capacitação e mobilização comunitária.

No ano de 1998, o presidente e um dos fundadores do Crami – Santo André, Dr. Emílio Jaldín Calderón, começou a estabelecer maior contato com a Prefeitura de Diadema, a fim de firmar uma parceria para a criação de uma unidade no município.

Justificando a necessidade da entidade, foi feito levantamento dos atendimentos realizados pela entidade desde o ano de 1993 até abril de 1998, chegando a um total de 102 casos, perfazendo 408 atendimentos²¹.

Após várias reuniões, em junho de 1998 foi estabelecido o convênio com a Prefeitura, através do Departamento de Ação Social e Cidadania – Dasc, dando origem à unidade de Diadema.

Em 2003, o departamento passou por estruturações e foi instituída a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, que passou a dinamizar as ações,

²¹ Relatório Crami O que podemos oferecer ao município?, 1998.

adequando a descentralização administrativa prevista na LOAS²². As ações da Sasc, estão voltadas aos segmentos:

- assistência social;
- criança e adolescente;
- idoso;
- condição feminina;
- pessoa com deficiência;
- população em situação de rua;
- políticas afirmativas de gênero, combate ao racismo, preconceito.

Com a mudança na Política Nacional de Assistência Social (Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004), todas as ações desenvolvidas pela assistência passaram por reorganizações, de acordo com as funções que desempenhavam, com o universo de pessoas que delas necessitavam e sua complexidade, visando a implantação do Suas – Sistema Único de Assistência Social. Dessa forma, a assistência social foi dividida em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

Básica – tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminação étnica, de gênero ou por deficiência, dentre outras).

Especial – priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento.

²² Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição federal e dispõe sobre a organização da assistência social

Especial de média complexidade - serviços que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

Especial de alta complexidade - serviços que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitário.

Atualmente, na Secretaria da Assistência, as ações voltadas à criança e ao adolescente estão situadas na Divisão da Criança e do Adolescente. Essa divisão em parceria com a rede conveniada, desenvolve suas ações através de programas de proteção social e básica, que têm a função de prevenir situações desde proteção de risco sócia, I até a proteção especial de alta complexidade, que prioriza o atendimento a pessoas que não contam com a proteção de suas famílias. Programas desenvolvidos:

- Ações sócioeducativas de jornada ampliada.
- Agente jovem – programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.
- Ação Jovem.
- Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
- Crami – Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância.
- PSC – Prestação de Serviço à Comunidade.

1.5.2. Rede de atenção à criança e ao adolescente de Diadema – RECAD²³

A RECAD surgiu no ano de 2.002, a partir da preocupação dos profissionais do poder público e das entidades não-governamentais que atuam na área da criança e do adolescente. Tem como objetivo garantir e ampliar os direitos e cidadania e as práticas que buscam o desenvolvimento integral de crianças e

²³ Fonte: Folder Recad – Rede de Atenção à Criança e Adolescente de Diadema (s/d)

adolescentes no município de Diadema.

A rede agrega organizações governamentais e não-governamentais, conselhos setoriais e o sistema de justiça, para potencializar as ações que se multiplicam no município. O número de entidades envolvidas é ampliado permanentemente.

Hoje a rede atende cerca de vinte e duas mil crianças e adolescentes. A expectativa é continuar este processo de expansão e ter um diagnóstico sistematizado sobre a realidade das crianças e dos adolescentes do município.

A rede norteia a sua ação a partir de cinco eixos principais:

- Rede de informações sociais – um sistema integrado de informações eletrônicas sobre o atendimento prestado pelas entidades;
- Fortalecimento institucional – capacitação e qualificação dos agentes que atuam nas organizações, incluindo a construção de um auditório;
- Fortalecimento dos conselhos tutelares – ampliar formação dos conselheiros e infra-estrutura para o trabalho;
- Consolidação da rede de atendimento – construção da sede para o Núcleo de atendimento Integrado à criança, ao adolescente e à família;
- Visibilidade e transparência – ações de comunicação que divulguem os trabalhos realizados pela Rede.

Como o universo desta Dissertação está circunscrito nas ações do CRAMI, relataremos suas especificidades a seguir.

1.6. Crami - Diadema

A entidade desenvolve suas atividades, objetivando o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Entende-se por violência doméstica “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico a vítima – implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (Azevedo e Guerra, 1995: 36).

É com base nessa definição que a equipe de profissionais desenvolve a sua intervenção. A população atendida é composta de crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 13 a 18 anos, suas famílias e responsáveis.

A equipe é composta por assistentes sociais, psicólogos e estagiários de serviço social e psicologia. Contam com o apoio de médicos e psiquiatras. Os profissionais são especialistas na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes, por curso realizado pelo Lacri/USP²⁴.

A coordenação técnica, a equipe administrativa e o apoio estão alocados na unidade de Santo André.

Atualmente, o Crami não recebe notificações via comunidade. Houve uma reestruturação no ano de 2001²⁵, definindo o recebimento das notificações através do Conselho Tutelar ou da Vara da Infância e Juventude. As ações

²⁴ Laboratório da Criança do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – Coordenadoras Profa. Maria Amélia de Azevedo e Viviane de Azevedo e Guerra.

²⁵ Essa reestruturação está baseada na delimitação do papel dos Centros de Defesa, definindo as atribuições de cada entidade no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, que sistematiza o artigo 86 do E.C.A.. Este sistema foi apresentado por Wanderlino Nogueira, Procurador de Justiça do Estado da Bahia aposentado, fundador da ANCED, ex-Secretário Nacional da ANCED, no III Encontro Nacional da rede de Centros de Defesas em 1992 e foi aprovado em 1999. Ver mais: Mattar, 2003 e Nicoletti, 2006.

estão estruturadas da seguinte forma:

- Atendimento oferecido à população:
 - a. A equipe do serviço social realiza:
Visitas domiciliares; estudo social; acompanhamento e orientação familiar; grupo e orientação a pais; encaminhamentos diversos; relatórios para Conselhos Tutelares, fóruns e demais órgãos, quando necessário.
 - b. A equipe da psicologia, realiza:
Entrevista psicológica; avaliação; encaminhamentos especializados; psicoterapia individual; psicoterapia em grupo; musicoterapia; orientação familiar; relatórios para conselhos, fóruns e demais órgãos.
- Modalidades de violência que são atendidas:
 - Violência física.
 - Violência psicológica.
 - Negligência e abandono.
 - Abuso ou exploração sexual.

A equipe realiza semanalmente discussões em grupo, para tratar casos em que há maior dificuldade de intervenção e também para promover a interdisciplinaridade²⁶, que é uma das frentes de trabalho do Crami.

A entidade desenvolve ações preventivas que visam divulgar, sensibilizar, capacitar e instrumentalizar a comunidade para o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes. São realizados fóruns, debates, cursos de capacitação, palestras educativas envolvendo todos os atores sociais

²⁶ Entendendo que "A interdisciplinariedade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão e exploração de seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade". (Etges, 1993:79) apud Rodrigues, Maria Lúcia – O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar 1998:176)

que lidam diretamente com a questão da criança e do adolescente.

- Ações preventivas:

Projetos: “Violência: Sinal de Alerta”

“Paz nas escolas”

“Pacto São Paulo”

Ao longo dos anos, o Crami vem desenvolvendo suas ações com o compromisso e o envolvimento da equipe de profissionais que atuam diretamente nas situações. Recebendo o apoio de pessoas da comunidade que sensibilizadas, lutam pela diminuição da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

A entidade foi reconhecida nacionalmente e inclusive recebeu prêmios pelo desempenho e trabalho desenvolvido.

- Prêmio Bem Eficiente – 1998 e 2002.
- Prêmio Desempenho – 1999.
- Prêmio criança 2000 – Abrinq.

CAPÍTULO 2

DESVENDANDO OS SIGNIFICADOS DA NEGLIGÊNCIA

2.1. A busca do *processo de construção do conhecimento*²⁷

“Em Marx, conhecer é elevar-se do abstrato ao concreto.”

José Paulo Neto

2.1.1. Procedimentos metodológicos

Todo processo de pesquisa para construção de conhecimentos implica na definição da fundamentação teórica que irá norteá-lo e, conseqüentemente, na metodologia que possibilitará o desvelamento do objeto pesquisado.

Em função de nosso objeto – as múltiplas faces da negligência nas situações de violência doméstica -, optamos por uma metodologia que se realiza a partir de aproximações sucessivas ao objeto. Essa escolha se justifica por considerarmos que o conhecimento é resultado de aproximações à realidade, sendo, portanto, sempre provisório, pois a sociedade se modifica os homens mudam. O homem é incapaz de conhecer a realidade de uma só vez. Ele vai captando sucessivamente, aproximando-se dos determinantes que definem aquele objeto, ou seja, caminha da aparência para a essência.

Essa opção também é coerente com nosso objetivo: construir criticamente o conceito e o significado da negligência a partir da experiência vivenciada pelos profissionais do Crami/Diadema.

Esta pesquisa se baseou na teoria social de Marx e, portanto, no método histórico-dialético, que nos possibilitou buscar as mediações e as determinações que incidiram e construíram o nosso objeto de estudo.

²⁷ Disciplina da Profa. Dra. Dilséia Adeodato Bonetti do Curso de Serviço Social da Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Conforme aponta José Paulo Netto (Baptista, s/d[a], p.5), baseado no pensamento de Marx:

“Quando se começa a defrontar com um objeto de estudo, à medida que se vai aproximando dele pelo processo de investigação, vai-se reconstruindo o seu processo: é isso que é a investigação. É através desse processo que se vai dominar o objeto: haverá coisas das quais não se consegue reconstituir o processo, elas surgem como se fossem repentinas, como algo absoluto (...) A idéia das múltiplas aproximações, de um ir e vir da reflexão, das várias viagens que se realizam a partir de um determinado fenômeno ou fato: sinal e processo, conexão entre processos, novos sinais e novos processos. No ser já desenvolvido não se tem nada de imediato, essa imediaticidade emerge na sua relação com o objeto e, por isso, precisa ser superada. Superar a imediaticidade significa encontrar as mediações que estão contidas no processo do ser. Vai-se reconstruir o processo do ser através da abstração. É na descoberta dessas passagens, dessas metamorfoses, desse movimento, que se vai chegar às determinações e, portanto, apreender o caráter concreto do objeto que foi dado apenas empiricamente, imediatamente (...)”

Esta investigação buscou apreender o real através de uma dialética construtora do saber. A categoria principal, com a qual trabalhamos é a da totalidade. É a partir dessa categoria que a realidade se concretiza, histórica e conjunturalmente, configurando o que Marx chamou de uma “síntese das múltiplas determinações”. Outra categoria analítica inerente a essa dialética é a da contradição. Através dessa categoria se apreende que a realidade é contraditória, existe a negação e a negação da negação. Essa dialética construtora do saber nos mostrou os caminhos a percorrer para a investigação sobre as múltiplas faces da negligência, em um movimento que foi do abstrato ao concreto.

2.1.2. O universo e os sujeitos da pesquisa

O universo desta pesquisa está situado na organização não-governamental Crami – Centro regional de atenção aos maus-tratos na infância – Unidade Diadema. A entidade tem como objetivos de ação a intervenção nas situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Para situar o nosso universo, é importante apresentar como ocorre a intervenção por parte da Entidade.

As notificações de violência doméstica recebidas pela entidade são encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou pela Vara da Infância e Juventude. A porta de entrada dessas notificações é o serviço social.

É importante ressaltar que a prática do serviço social caracteriza-se pelo significado social atribuído à sua intervenção pelos profissionais que a exercem, os quais partem de sua concepção de profissão e de sua visão de mundo.

“Na prática profissional, as mediações entre a elaboração teórica, a projeção e a intervenção se dão de maneira complexa: têm que responder a questões muito concretas, socioeconômicas e políticas de uma sociedade extremamente diversificada, colocando-se diante de problemas muito específicos. Nesse espaço, o profissional não tem apenas que analisar o que acontece, mas tem que estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção.”(Baptista, 1998: 115)

Os assistentes sociais do Crami são especialistas na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes e os estagiários de serviço social utilizam várias técnicas para abordar a questão da violência. Dentre estas, destacam-se: o acolhimento e a escuta. O acolhimento caracteriza a forma como os profissionais recebem o sujeito, possibilitando-lhe um espaço de

relação em que os problemas que vivencia são tratados. A escuta irá mostrar de fato o que será necessário abordar nos atendimentos que se seguirem. É a partir dessas técnicas que o profissional conhece o sujeito que será atendido pela entidade e estabelece com ele uma relação.

O acolhimento é uma forma de entender que, na questão da violência, não existe o imediatismo. A violência mostra apenas a ponta de um iceberg, porque são vários seus motivos e suas determinações. Muitas vezes, no atendimento, além de notarmos que as crianças e os adolescentes são as principais vítimas, notamos ainda que o pai/mãe ou responsável também são vítimas da exclusão: são pessoas sem informação, sem formação, sem condições objetivas de vivenciar uma vida de qualidade, que cometem os mais variados tipos de violência sem muitas vezes ter consciência da gravidade de seus atos.

A ação do Crami tem por referência o Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar de essa legislação já ter completado dezesseis anos de existência, notamos que ainda existe um enorme vácuo entre o conhecimento, o reconhecimento e a efetivação dessa lei. Atravessamos o século XX conquistando muitos avanços para a humanidade, mas, na área da criança e do adolescente, observamos que a família, a sociedade, as instituições e o Estado ainda os tratam como pessoas sem direitos.

Também a ação do Crami tem por fundamento a história como um processo transformador da identidade. Devemos fazer uma leitura crítica da realidade, de maneira consistente, colocando a contradição a serviço da análise. Devemos ter claro que nenhuma condição humana é natural. A condição humana é histórica, e é preciso lidar com a consciência das pessoas e com a história de cada um.

A partir da intervenção do serviço social, os sujeitos atendidos são encaminhados ao setor de psicologia, composto por psicólogos especializados na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes e estagiários de psicologia.

O atendimento se volta para a verificação das questões que levaram a esse tipo de situação. As ações são baseadas no atendimento individual e grupal e nos encaminhamentos, de acordo com a necessidade de cada pessoa.

A equipe de intervenção direta baseia suas ações na interdisciplinaridade, buscando sempre ouvir os outros profissionais para chegar a uma reflexão e a uma intervenção mais qualificada.

Diante dessa peculiaridade da intervenção direta em situações de violência doméstica, acreditamos que são de fundamental importância os aperfeiçoamentos, as leituras e as trocas de informações constantes, para que realmente a intervenção seja substantiva.

Os sujeitos dessa pesquisa serão os profissionais do atendimento direto: assistente sociais, psicólogos, estagiários de psicologia e estagiários de serviço social e a própria autora deste trabalho que fez parte da equipe de trabalho da instituição, no período entre 1.998 e 2001.

2.1.3. A pesquisa

Nas primeiras aproximações ao objeto desta pesquisa, acreditávamos que para construir criticamente o conceito e o significado de negligência a partir da experiência vivenciada pelos profissionais do Crami/Diadema, seria necessário discutir com a equipe as situações específicas, ou melhor, precisaríamos analisar as famílias consideradas negligentes por eles. Mas, no decorrer do processo, observamos que seria importante uma investigação mais

aprofundada da categoria negligência, uma vez que os profissionais estavam sentindo falta de informações sobre o assunto, o que dificultava não apenas as ações cotidianas, mas até mesmo caracterizar aqueles casos aos quais seria atribuído esse tipo de violência.

Esse fato nos levou a definir os caminhos a serem percorridos na continuidade da investigação. Consideramos que um passo imprescindível seria um aprofundamento, por meio de pesquisa bibliográfica sobre a categoria negligência, no contexto da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Uma fonte de informações e reflexões sobre o tema foi o Lacri – Laboratório de Estudos da Criança no Instituto de Psicologia da USP. Suas orientações proporcionaram conhecimentos sobre ampla literatura na área, sendo possível constatar que uma das modalidades de violência sobre a qual quase não existiam trabalhos que permitissem um aprofundamento teórico era a questão da negligência.

Em uma das apostilas do curso de especialização na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes – Guia prático para compreender o Fenômeno – 1 A/B – pondo os pingos nos is –, que relata um estudo aproximativo do tema violência, realizado pela professora Viviane Guerra e pela estudante de psicologia Betina Leme, foi possível constatar que, mesmo em estudos internacionais sobre a questão da violência doméstica, a negligência não é um tema que tenha merecido muitas reflexões, embora exista um crescimento marcante de sua incidência nos casos relatados.

Wolock e Horowitz (1984), citados por Viviane Guerra e Betina Leme mostram que:

“Nos Estados Unidos, houve politicamente um interesse amplo no sentido de discutir mais a violência física doméstica do que a negligência. Isto porque a violência física era e ainda é encarada por muitos como decorrentes de problemáticas individuais e familiares, sendo o seu tratamento estabelecido de acordo com esta visão, não se propondo a uma análise de seus vínculos com aspectos sócio-

históricos-culturais. Já o fenômeno da negligência implica em que se ponha na mesa a polêmica discussão acerca da distribuição de renda nas sociedades capitalistas avançadas, a distribuição de recursos na área social, aspectos que politicamente devem ser expurgados.”

Viviane Guerra e Betina Leme, nesse mesmo trabalho, ressaltaram que, além de a negligência ser uma questão ligada às relações sociais, existe o recorte de gênero individualizando a situação dentro do espaço privado, sempre no limite familiar. Essas autoras observaram que, na questão da negligência, a mulher era culpabilizada, considerada a principal responsável pela ocorrência do fato.

Ainda nesse estudo, foi observado que, no Brasil, também não existem estudos sobre o tema, o que levou as autoras a recomendarem investigações sobre o assunto, de forma a permitir caracterizar suas especificidades, considerando que, por meio desses estudos, “pode-se colocar a descoberto as desigualdades sociais e as de gênero” (Guerra, 1997: f) nos casos de negligência.

Além desses estudos ligados ao Laci, fizemos uma pesquisa bibliográfica, com base em nossa participação no Núcleo da Criança e do Adolescente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, onde analisamos duas das pesquisas realizadas pelo núcleo, uma sobre a Destituição do pátrio poder e outra sobre o Universo de abrigos na cidade de São Paulo. Analisamos também a pesquisa nacional sobre abrigos realizada pelo Ipea. Em todas essas pesquisas, a negligência aparece como razão para o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias. Também foi analisado e utilizado, na dinâmica do grupo focal, um artigo, *Aproximações ao conceito de negligência*; produzido no contexto do NCA pela sua coordenadora, juntamente com outra pesquisadora do tema.

No Crami a definição de negligência que norteia a ação profissional está atrelada aos cuidados básicos à saúde, ou seja, seria “privar a criança de algo de que ela necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio. Pode significar omissão em termos de cuidados básicos como: privação de

medicamentos, alimentos, ausência de proteção contra a inclemência do meio (frio/calor)”. (Claves - Centro Latino-americano de Estudos da Violência e Saúde)

2.1.4. O Grupo Focal

Tendo aprofundado à compreensão da categoria negligência, consideramos que era momento de ir a campo e começar o diálogo com os profissionais do Crami/Diadema. A técnica escolhida para esse diálogo foi a do grupo focal.

O grupo focal é uma técnica qualitativa, não diretiva, cujo resultado visa o controle da discussão de um grupo de pessoas. Foi inspirada em técnicas de entrevista não direcionada e técnicas grupais usadas na psiquiatria. É um espaço em que os sujeitos do estudo discutem vários aspectos de um tópico específico. Enquanto técnica de pesquisa qualitativa, consiste em uma entrevista em grupo, formado por seis a quinze pessoas com características comuns, de acordo com os objetivos do estudo. A condução da entrevista é realizada por um moderador ou animador, que deve manter a discussão focalizada, e um observador ou assistente orientado para captar as expressões não verbais dos participantes e registrar informações. A sessão deve ser gravada e transcrita para posterior análise.

As primeiras experiências de aplicação da técnica de grupo focal no campo das ciências sociais foram realizadas por Merton, Fiske e Kendal em pesquisa sobre persuasão da propaganda durante a Segunda Guerra Mundial. Nos últimos trinta anos, tem sido mais freqüente na psicologia social. É uma técnica de pesquisa que utiliza as sessões grupais como um dos foros facilitadores da expressão de características psicossociológicas e culturais. Os dados são obtidos a partir da discussão planejada, em que os participantes expressam suas percepções, crenças, valores, atitudes, representações sociais sobre uma questão ou temática específica, num ambiente permissivo e acolhedor.

A dinâmica da reunião orienta-se pela participação de todos os integrantes, de modo livre e em clima que permita a expressão de diferentes modos de pensar e diferentes modos de se manifestar sobre um tópico específico.

De acordo com Minayo (1999: 129), a discussão de grupo (nos grupos focais) é uma abordagem qualitativa e também uma estratégia de coleta de dados. Nessa técnica, lembra, “o específico são as opiniões, relevâncias e valores dos entrevistados. Difere da observação, que focaliza mais o comportamento e as relações. Tem uma função complementar à observação participante e às entrevistas individuais”.

Cada encontro do grupo focal deve ter duração mínima de uma hora e máxima de três horas, existindo casos em que a recomendação restringe a duração, no máximo, uma hora e meia.

A aplicação da técnica de grupo focal envolve alguns elementos importantes de serem destacados: o recrutamento dos participantes; a elaboração do roteiro; a animação do grupo; e a síntese dos resultados.

Para o recrutamento, assumimos como sujeitos da pesquisa os profissionais de atendimento direto da instituição: assistentes sociais, estagiários de serviço social, psicólogos e estagiários de psicologia e a própria pesquisadora e autora deste trabalho que fez parte da equipe no período entre 1998 a 2001 .

Os roteiros para as discussões de cada um dos encontros do grupo focal esteve relacionado à temática que seria discutida.

Para animação dos grupos, foram utilizadas várias técnicas, que estão descritas em seguida.

As sínteses dos resultados são apresentadas no decorrer desta dissertação.

2.1.5. Os encontros

Iniciamos a realização dos encontros do grupo focal. Antecipadamente, foi entregue à entidade uma carta²⁸ endereçada ao diretor técnico solicitando autorização para a realização da pesquisa, o que nos foi concedido de imediato, considerando que a entidade está aberta a estudos e pesquisas sobre os temas ligados ao fenômeno da violência doméstica.

Fizemos, então, contato com a unidade de Diadema para o agendamento do primeiro encontro com a equipe. Foi definido que as reuniões aconteceriam às sextas-feiras, devido ao cronograma intenso de atividades da entidade. Foi estabelecido também que todos os encontros seriam gravados com a autorização e a concordância de todos os membros do grupo.

O primeiro encontro foi no mês de outubro de 2004. Nele, apresentamos o pré-projeto da pesquisa e explicamos seus objetivos. Discutimos com os profissionais a metodologia que seria utilizada nas reuniões e acabamos optando pela discussão através do grupo focal. Escolhemos também uma pessoa para fazer anotações dos pontos mais significativos dos encontros.

A equipe desconhecia a técnica de grupo focal, mas mostrou-se receptiva às informações sobre ela apropriando-se do seu embasamento teórico. A equipe considerou que esse tipo de abordagem seria pertinente para as discussões e

²⁸ Ver anexo I

que os encontros poderiam contribuir substantivamente para uma nova visão sobre a negligência.

Nesse primeiro encontro, para desenvolver as discussões, nos apoiamos na técnica de grupos “Tempestade de Idéias”²⁹, que visa a construção de novos significados para determinado assunto através do jogo de palavras. Cada participante do grupo contribuiu com palavras ou idéias que se aproximavam do tema discutido.

Relatos de cada encontro

1º encontro

Local: CRAMI Diadema

Data: 05.11.04

Horário: Das 15h30m às 17h

Participantes: Cristina (assistente social), Valéria (psicóloga), Christiane (psicóloga), Karla (assistente social), Maria (estagiária de psicologia), Ana Lúcia (Psicóloga), Neide(assistente social) e Rosana (estagiária de serviço social).

Tema: ABANDONO

Dinâmica: Tempestade de Idéias

Esse primeiro encontro foi muito importante para o desenrolar das discussões. Notamos que todos estavam apreensivos para começa-las. Inicialmente, foi feita a apresentação. O grupo estava formado por nove pessoas, três psicólogas, sendo duas especialistas na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes; uma estagiária de psicologia; três assistentes sociais, também, especialistas na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes; uma estagiária de serviço social. A faixa etária das participantes estava concentrada entre os 23 e 44 anos.

²⁹ Ver anexo II

Nesse encontro, o tema proposto para discussão foi o abandono na abundância, pois, antes de chegarmos à questão da negligência, entendíamos que o nosso objeto de estudo seria o abandono. Desta forma, foi proposto que cada um falasse o que vem à mente quando se fala em abandono, através da dinâmica Tempestade de Idéias.

O grupo inicialmente falou sobre a sua trajetória profissional, as famílias que abandonam e que são abandonadas pelo sistema capitalista. Houve momentos em que uma das participantes relatou a sua experiência na infância, contou ter vindo de uma família com condições financeiras muito boas, mas, no entanto, sentia-se abandonada e buscava nos brinquedos um modo de suprir essa falta. Relatou ainda que, na vida adulta, sentiu terem ficado alguns “buracos”. Outra participante contou que sente como que abandonando crianças quando as vê nos faróis pedindo dinheiro, sobretudo as mais novas. Ao fazer o relato, sentiu-se mal e acabou chorando.

A estagiária de serviço social expôs uma reflexão sobre Marx e o sistema capitalista. Ela acredita que a sociedade é sempre abandonada - seja o rico, seja o pobre, todos são abandonados pelo sistema.

No final do primeiro encontro, foi solicitado que cada um dissesse uma palavra. A maioria disse: angústia, reflexão e experiência. Naquele dia, a palavra angústia fez-se mais presente.

2º encontro

Local: CRAMI Diadema

Data: 10.12.04

Horário: das 14h30m às 17h

Participantes: Cristina (assistente social), Christianne (psicóloga), Valéria (psicóloga), Karla (assistente social), Maria (estagiária de psicologia), Ana Lúcia (psicóloga), Neide (assistente social) e Rosana (estagiária de serviço social).

Tema: ABANDONO

Dinâmica: O que cada um entende sobre o abandono?

A moderadora iniciou o encontro lendo o que foi produzido em termos de idéias sobre o abandono no encontro anterior.

A Tempestade de Idéias possibilitou que o grupo construísse os significados da palavra abandono: solidão, perda, falta de atenção, falta de cuidado, não estar presente, baixa auto-estima, vazio, descaso, sofrimento, ausência – não só a física, porque no Crami, se atende a falta de cuidados básicos, a atenção, a falta de vínculo e de importância.

Logo em seguida, o grupo começou a discutir sobre o significado do abandono, mas tomando como ponto de partida as situações atendidas pelo Crami.

Foi dito que o abandono envolve fatores externos e internos: abandono extra-familiar e intra-familiar. Os fatores externos mobilizam os internos, e se isso acontece é porque os últimos têm um significado. O abandono interno é diferente do externo? Esta foi uma pergunta que surgiu. O interno gera o abandono externo. A cultura do abandono é reproduzida, pois, se eu não tiver, eu não saberei como dar. A questão do abandono afetivo e emocional é confundida com uma condição. O abandono afetivo, vinculado ao abandono externo, acaba sendo mais fácil de tratar em instituições como o Crami do que o abandono só interno ou afetivo. Como lidar com essas pessoas? Elas acabam colocando fogo em gente na rua, usando drogas... Isto está crescendo entre as famílias “desestruturadas”, e aqui caímos em termos que não são mais usados: O que é uma família estruturada? Esta é uma pergunta, não se tem essa definição.

As famílias adaptadas conseguem lidar com as questões afetivas. As famílias que atendemos aqui, que sofrem desde o nascimento precisam entender que o

sofrimento é superado. A pobreza enlouquece, mas é melhor enlouquecer do que encarar a realidade. Essa loucura é conhecida, mas existe outra loucura, a loucura estruturada: a pessoa vive, mas mascara a loucura. Existe uma sutileza muito grande no abandono familiar, oferecendo condições materiais para suprir o emocional. Alguns adolescentes que cometem atrocidades sofreram a falta de algo: de valorização da vida. Vários fatores enlouquecem, enlouquecem quando o homem não tem o direito de lidar com a sua realidade e liberdade.

Neste mundo capitalista e social, as pessoas estão fechadas para o outro. Quando as relações se estabelecem por meio de objetos, acabam se perdendo os valores éticos, e hoje as crianças estão se relacionando com o virtual. A criança que não tem recurso vai para a rua e lá encontra uma gama de situações. Existe a diferença entre a criança rica e a criança pobre, dos dois lados, quando elas se relacionam com o virtual que é afastado do ser humano. E a criança que sai à rua encontra pessoas e poderá aprender violência, e poucas vezes encontrar pessoas que poderão passar coisas boas. Com isso, apresenta-se muito próxima a questão do abandono em nossas vidas. Nós somos a sociedade então o que acontece na sociedade, acontece com a gente. O abandono é ruim, não vejo lado bom no abandono. Se ele for sofrimento, então servirá como crescimento. O abandono já começa a ser justificado com a educação, a palavra educação. Os responsáveis transmitem o abandono vivenciado, cultural, que se naturaliza: deixam o filho sofrer para obter um indivíduo forte. As pessoas confundem o que é educar para o mundo, para a família e para o sustento. Estão perdidas, confusas. Até que momento nós não estamos abandonando também? Quando vimos as pessoas, as ideologias, a falsa verdade, não há espaço para discutir, para refletir. Nós temos que nos responsabilizar pelo abandono, a ponto de culpar o governo. Marx diz que é um problema de estrutura. Quando o indivíduo é massificado, é cobrado em relação a sua individualidade, tende a não sentir. Até que ponto é se proteger ou colocar limites? O indivíduo se corrompe pelo sistema capitalista e individual e não considera os outros.

Nesse encontro ficou muito presente a questão do compromisso, ressaltado por todos.

O grupo, após uma longa discussão, acabou optando por discutir, no próximo encontro, o abandono familiar, acreditando que, para compreender a questão, seria necessário discutir os casos atendidos pelo Crami. A equipe de profissionais comprometeu-se a realizar um levantamento sobre as situações atendidas, a serem discutidas no próximo encontro.

Desse encontro a estagiária de serviço social Rosana não participou, pois havia se desligado da instituição. Foi chamada para trabalhar na Fundação Criança em São Bernardo do Campo. A psicóloga Ana Lúcia estava saindo da unidade de Diadema para a de Santo André.

3º encontro

Local: CRAMI Diadema

Data: 04.02.05

Horário: Das 14h às 14h30

Participantes: Cristina, Valéria, Christiane, Karla, Maria, Neide

Relatório

A equipe discutiu os casos que serão levados para a próxima reunião do grupo focal. Foi definido que os profissionais do Crami irão analisar alguns casos e no próximo encontro, dia 18.02.05, será dada continuidade à análise. Não houve discussão, porque, a equipe estava com reunião marcada na última hora.

4º encontro

Local: Crami Diadema

Data: 18.02.05 – 10h às 11h45m

Participantes: Valéria (psicóloga), Karla (assistente social), Christiane (psicóloga), Maria (estagiária de psicologia), Cristina (assistente social), Neide (assistente social)

Tema: A dimensão do abandono familiar

Antes do encontro do grupo, os profissionais levantaram alguns casos ligados ao tema. Como havia sido combinado no encontro anterior, o grupo decidiu discutir uma situação que tinha sido atendida pela entidade como de negligência.

O primeiro caso tem a característica da negligência. A família tem uma cultura de negligência. A genitora era passiva, tinha seis filhos e um neto. O genitor não se importava com a família, e uma das filhas apresentava uma postura parecida com a mãe em relação à passividade. Ela engravidou, e o parceiro não demonstrou afetividade nem interesse.

O caso chegou ao Crami através de denúncia de abuso sexual. Depois percebemos a gravidade da apatia da família. Tentamos vários projetos, mas a família não deu continuidade a eles.

O bebê que a adolescente teve estava desnutrido. Quando iniciou o atendimento, a família se mostrou passiva.

A mãe casou-se por intermédio da família. Veio para São Paulo porque o marido na época quis. Não demonstrou ter opinião própria nem identidade. Parece uma pessoa anestesiada diante das situações.

A apatia da família é feminina, ou seja, uma questão de gênero. As mulheres não se indignam com as situações. O ex-marido da genitora tinha outra família, mas às vezes mantinha relações sexuais com ela. Quando a genitora veio para São Paulo, tinha perto de 20 anos. Casou por imposição do pai.

Uma das crianças da família participou da oficina lúdica e, em uma atividade, realizou o desenho da família só com figuras masculinas, só os homens .

A genitora tem três filhos homens, três mulheres e um netinho. Ninguém estuda. A maioria deixa as coisas acontecerem. Eles lidam com a questão instintiva com menos racionalidade e faltando informações sobre questões básicas.

O serviço social iniciou os atendimentos, seguido da psicologia. A genitora mostrou-se depressiva e desmotivada.

O bebê estava desnutrido, mas a mãe e a avó achavam que estavam cuidando bem dele, não percebiam a situação de seu organismo. A criança simbolizava toda a dinâmica da família, ou seja, a regressão, a desnutrição, a apatia. Após os atendimentos, percebemos uma melhora do bebê, uma reação. Depois a mãe demonstrou interesse em voltar a estudar. Teve algumas reações e falou da indignação em relação ao companheiro.

Com a realização de alguns encaminhamentos, percebeu-se que seus membros sentiram-se pressionados, o que ocasionou o afastamento da família do atendimento, alegando que não o achavam necessário.

Percebeu-se que a família não possui um olhar para as crianças, não percebe o que cada um precisa, e essa vivência proporciona o abandono.

A psicóloga que atendeu a mãe observou que ela teve na sessão um olhar infantil, como se precisasse de cuidados, como um movimento de necessidade infantil para que algo fosse suprido.

Nos atendimentos terapêuticos (quatro sessões) a que ela compareceu, não demonstrou ser negligente. Mudou de comportamento quando foi encaminhada ao grupo de pais (procedimento institucional).

Foi percebido, então, que ela precisava de um espaço individual para atendimento, em que pudesse trabalhar questões primárias. Nas quatro sessões de que a progenitora participou, foi realizada a avaliação psicológica.

O Crami realizou vários encaminhamentos. Foi feito trabalho em rede. A família estava sendo assistida por vários órgãos do município.

A família não comparecia aos atendimentos, o que ocasionou a impossibilidade de continuarem sendo realizados, por falta de interesse. O caso foi encerrado do caso e foi encaminhada uma representação ao Fórum. Caso o Fórum intervenha para que a família compareça, o atendimento será retomado.

As pessoas da família mostravam-se indiferentes umas com as outras. As filhas casavam e o resto da família sequer sabia onde moravam. Os profissionais relataram que o caso foi encerrado devido a um limite institucional.

5º encontro

Local: CRAMI Diadema

Data: 20.05.05

Horário: Das 10h às 11h45

Participantes: Cristina (assistente social), Christiane (psicóloga), Carla (assistente social), Maria (estagiária), Neide (assistente social), Patrícia (estagiária de serviço social) e Fátima (estagiária de serviço social)

Tema: O abandono familiar

Obs.: Carla, Patrícia e Fátima entraram no mês de março e Karla (assistente social saiu da instituição no mês de março)

Nesse encontro, notamos ausência de mais uma profissional: uma das assistentes sociais pediu para sair, pois conseguiu um emprego que ganhará melhor. Ouviu-se um discreto comentário de algumas pessoas do grupo: “Os profissionais abandonando o Crami“. Essa questão permeou todo o encontro.

Relembramos as discussões anteriores. Ficou muito evidente a questão estrutural, a situação socioeconômica levando a família a abandonar. Aliás, existe uma série de fatores. Mas o que ressaltou foi perceber que com relação à maioria das famílias que chega ao Crami, em grande parte dos casos, prevalece como justificativa a situação socioeconômica. Ou seja, existe o abandono, mas a família não quer abandonar. Ela é levada a isso em função de uma situação financeira difícil que vivencia. Então esse é um dado: a questão da família.

Mas, no encontro, o que se fez mais presente e preocupou o grupo foi o que está acontecendo no Crami, a freqüente saída de profissionais, o que impede uma continuidade. Existe uma equipe de referência, mas as demais acabam saindo. Houve um desabafo de todos. Inclusive foi mencionado o próprio salário e reforçado que a instituição abandona os profissionais, na medida em que não os reconhece como profissionais que merecem melhores salários, melhores condições de trabalho. Foi observado que é necessário acontecer uma interferência para isso mudar. Do primeiro encontro até hoje, muitas mudanças

já ocorreram: a saída da Maressa, Rosana, Ana Lúcia e Karla. Quatro pessoas ficaram.

No final do encontro, após um momento de desabafo, o grupo retomou a questão e enfatizou a importância do seu trabalho na vida das pessoas que são atendidas pela instituição.

6º encontro

Local: CRAMI Diadema

Data: 24.06.05

Horário: das 14h30m às 17h

Participantes: Cristina (assistente social), Valéria (psicóloga), Maria (estagiária de psicologia), Carla (assistente social) e Neide (assistente social)

Tema: Negligência

Obs.: Neste encontro as estagiárias Patrícia e Fátima já não estavam na Instituição, conseguiram outros estágios.

Feita a abertura, e foi colocado que, nos últimos encontros, foi abordada a negligência institucional. Nos últimos encontros, restou presente a importância de perceber e também de falar e apontar questões sobre o conceito de negligência. O grupo concordou em discutir a negligência ao invés de abordar o abandono, acreditando que o abandono se configura quando ocorre a negligência. Diante disso, a moderadora levou para discussão o texto da professora Myrian Veras Baptista sobre Aproximações ao conceito de negligência – Catarina Volic e Myriam Veras Baptista. Esse texto foi construído em abril de 2005. O grupo ficou de fazer a leitura para o próximo encontro.

7º encontro

Local: CRAMI Diadema

Data: 19.08.05

Horário: das 14h30m às 17h

Participantes: Christianne (psicóloga), Cristina (assistente social), Maria (estagiária de psicologia), Valéria (psicóloga), Neide (assistente social), Silvânia (estagiária de serviço social), Ana Paula (psicóloga contratada de julho à novembro) e Cristiane (psicóloga contratada de julho à novembro).

Tema: As múltiplas faces da negligência

Foi discutido o texto lido pelas participantes, que ressaltaram o fato de existir diversos aspectos em relação à negligência. Sendo a negligência uma questão cultural, emocional, também envolve as políticas públicas. Ela ocorre em diversas classes sociais.

No Crami, é priorizada a questão da negligência como violência quando os responsáveis não propiciam os cuidados básicos para a criança ou adolescente.

A negligência é multifatorial. Pode aparecer de diversas maneiras, intencionalmente. Às vezes ocorrem situações de negligência por algum motivo, mas isso não significa necessariamente que a pessoa é negligente. No que tange às políticas públicas, percebe-se um descaso diante das necessidades fundamentais da sociedade, que é negligenciada. Quando casos são notificados e inicia-se o atendimento no Crami, a família recebe a escuta e o olhar profissional, que propicia a mesma importância do pensar, refletir, se perceber, melhorando os aspectos psicossociais. Percebe-se que, muitas vezes, o indivíduo é moralmente abandonado. Existem pessoas que são narcisistas, que não vêem as necessidades do outro, e isso ocorre nos cargos políticos que visam seus próprios interesses, esquecendo os interesses e as necessidades dos outros.

A negligência passa pelos princípios e valores, questões éticas e morais. Existe atualmente uma crise moral. A questão cultural está vinculada à negligência. Na própria história do Brasil, desde o início, teve-se a visão de ser explorado. A

moral é uma construção histórica. Quem negligencia tem uma imaturidade afetiva, uma relação com o desenvolvimento individual. Socialmente, a nossa política não tem equilíbrio. O ECA completou quinze anos. Crami entra num aspecto de defesa, surgiram órgãos preocupados com essa causa a partir da década de 80. Criam-se espaços de defesa garantindo que os direitos sejam atendidos. O Crami tem um papel de maternagem, de acolher, atender, colocar limites, um mediador de instâncias. É um órgão de escuta que propicia o olhar ao outro. Institucionalmente, foi ressaltado a importância do seu trabalho. É importante o Crami reconceituar o trabalho dos técnicos diante do valor da causa para a sociedade ao ser humano. A idéia do trabalho é contribuir.

8º encontro

Local: CRAMI Diadema

Data: 23.09.05

Horário: Das 15h30m às 17h

Participantes: Cristina (assistente social), Neide (assistente social), Valéria (psicóloga), Carla (assistente social),

Tema: As múltiplas faces da negligência

Obs.: Por uma falha técnica não foi possível gravarmos as discussões, mas, fizemos alguns relatos.

Nesse encontro, participantes demonstraram muita insatisfação com relação ao apoio oferecido pela instituição aos profissionais do atendimento direto. Foi evidenciada a falta de qualificação, fazendo referência a uma negligência velada. Não existem benefícios, não existe horário. Foi reforçado que tal situação se estende durante os oito anos de existência da entidade. Os grupos não têm supervisão.

As apresentações de projetos foram superficiais nos municípios, no projeto Crami. Faltou um olhar técnico. Foi proposto um projeto como se fosse apenas investigativo, e não de tratamento e cura da instituição familiar.

O atendimento é superficial. É necessário criar um diferencial. Existe uma diretoria alienada do nosso trabalho. Há uma distância. Em uma OCIP, o presidente se envolve, não existem critérios de avaliação do CMDCA. A diretoria deve ter um envolvimento com a equipe. É necessário que o poder público garanta as condições materiais. O Crami tem utilidade pública, foi votado na Câmara Municipal de Diadema. O problema passa pela própria valorização que a instituição oferece aos profissionais. A instituição parece que é uma mercadoria, e não uma troca.

9º encontro

Data: 21.10.2005

Horário: 14h às 15h30m

Participantes: Neide (assistente social), Silvânia (estagiária de serviço social), Maria (estagiária de psicologia), Ana Paula (psicóloga), Christianne (psicóloga), Cristina (assistente social) e Carla (assistente social)

Tema: As múltiplas faces da negligência

No que se refere ao projeto, foi interessante ampliar e tratar a questão das políticas públicas. A violência também ocorre do macro para o micro, ou seja, e a negligência não ocorre só dentro da família: esta mesma é violentada.

A família muitas vezes não se compromete com os atendimentos, ou projetos sócio-educativos, devido ao fato de as políticas públicas também não se comprometerem com estas.

Foi colocada a questão de as famílias serem selecionadas até para a escola. Os projetos não comportam. Existe um processo de exclusão com os quais muitas famílias sofrem. Atualmente, o Crami Diadema tem realizado um trabalho preventivo em relação à violência. Ele exerce um papel político, a partir

do momento em que cobra vagas para crianças na escola, cobra do Conselho tutelar algo necessário. Existem várias causas para a ocorrência da violência: a falta de acesso, a falta de possibilidades, sendo a miséria um grande fator. Ocorre o fato de existirem famílias que não se olham, perdem o interesse e se negligenciam, não aceitando nenhuma possibilidade. Foi colocada a questão de o Crami fazer um trabalho específico voltado para a negligência. Era necessário contratar mais profissionais para isso. Seria importante realizar mais visitas, ter mais esse cuidado com o outro, pensar sobre o trabalho, com novas possibilidades de atendimento. Foi feita uma reflexão sobre o papel da instituição como um todo, do pensar sobre o trabalho, sobre alternativas de atendimento, reflexão. O Crami surgiu de um movimento que ocorreu em 1987. Deve ser discutido o papel da instituição. A luta dela é pelos direitos da criança e do adolescente, e deve-se pensar em melhorias para essa luta no que se refere ao trabalho, ao atendimento, às necessidades dos profissionais e das famílias atendidas.

10º encontro

Data: 16.12.2005

Horário: 14h às 17h

Participantes: Christianne (psicóloga), Maria (estagiária de psicologia), Silvânia (estagiária de serviço social), Valéria (psicóloga), Cristina e Neide

Obs.: Neste encontro a Carla já não estava mais como funcionária do Crami, A Maria estava se despedindo, pois iria para a unidade de Santo André e a Christianne (Teia), também estava se despedindo, pois fora transferida sem querer para a Unidade de São Bernardo do Campo. A Ana Paula e a Cristiane, também, não participaram, pois, o projeto havia encerrado em novembro.

Tema: considerações finais sobre os encontros

Cristina faz a abertura falando que esse será o último encontro e que seria importante que cada um colocasse no que contribuiu e o que aprendeu com a realização dos encontros.

Neide relatou que acrescentou muito ao trabalho do Crami, diante da reflexão sobre a questão da negligência, que não é só cultural, mas também estrutural.

Teia relatou que o grupo foi importante para discutir e sentir a negligência, diante do nosso trabalho no Crami. Seria importante que as outras unidades pudessem ter a possibilidade de uma discussão sobre esse tema.

Para Valéria, a reflexão propicia novas técnicas de manejo e atuação profissional no que se refere à negligência. As pessoas que sofrem com a questão da negligência necessitam de novas possibilidades, referências.

Participar da discussão foi importante para trocar informações, reflexões, experiências e repensar as questões sociais envolvidas no que tange à negligência. O grupo propiciou o pensar referente à impotência em relação a alguns casos e situações. Foi colocado a importância do trabalho técnico e o interesse da instituição por esse tema. O grupo trouxe muitas informações e gratificação a todos os participantes. Pode-se pensar num novo conceito de negligência, um conceito do Crami, diante da realidade profissional.

Atualmente, constata-se grande nível de violência. Pode-se pensar que isso pode ocorrer também por uma questão de falta de ética social. Torna-se importante um espaço de discussão dentro do Crami para pensarmos na atuação dos técnicos, na função da instituição no que tange ao seu papel em seu dia-a-dia. O espaço de discussão favorece a possibilidade de transformação na rede das famílias e a importância do trabalho institucional.

CAPÍTULO 3

AS MÚLTIPLAS “FACES” DA NEGLIGÊNCIA

3.1. Do abandono ao significado da negligência

“A sociedade é uma totalidade organizada por esferas (totalidades) cuja (re)produção supõe a totalidade maior, mas se efetua de formas particulares, com regularidades próprias.”

(Maria Lúcia Silva Barroco, 2003: 25)

Considerando o que já foi explanado nos capítulos anteriores, neste capítulo abordaremos as múltiplas faces da negligência: o olhar e os sentimentos que os profissionais do atendimento nas situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes desenvolveram sobre a categoria ‘negligência’.

Antes de abordar essa categoria, entendíamos que nosso objeto de pesquisa seria o abandono, por se tratar de um tipo de violência atendido pela entidade e também porque acreditávamos que merecia uma atenção maior. Até chegarmos à questão da negligência – que pode ser considerada um modo especial de abandono - fizemos uma longa discussão sobre o significado do abandono, aprofundando o tema a partir do olhar e da vivência de cada membro do grupo. É esse caminho que é descrito a seguir.

No contexto da entidade, a definição de abandono que norteia a ação é a seguinte:

O abandono “caracteriza-se como a ausência do responsável pela criança ou adolescente. Considera-se abandono parcial a ausência temporária dos pais expondo-a a situações de risco. Entende-se por abandono total o afastamento do grupo familiar, ficando as crianças sem habitação, desamparadas, expostas a várias formas de perigo” (Claves – Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde).

Entendemos que seria importante ir além dessa definição e partimos para uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Como já foi exposto no capítulo anterior, é importante salientar que não estávamos ainda buscando o desvendar das situações de negligência, mas sim a compreensão do significado do abandono na dinâmica de atendimento do Crami.

As discussões realizadas no grupo focal possibilitaram algumas aproximações importantes ao entendimento da categoria abandono. Nessas discussões foram mobilizados sentimentos e levantadas algumas questões envolvendo as instituições, a família e a sociedade.

Nas discussões dos membros do grupo, foi possível observar que o abandono e/ou a negligência mobilizam quem os percebe, e a equipe profissional do Crami acabou desenvolvendo uma sensibilidade maior na compreensão dessas categorias, por se tratar especificamente de algo que se faz presente na intervenção profissional.

Logo no primeiro encontro foi aplicada a dinâmica “tempestade de idéias”, para facilitar a discussão. Foi possível apontar sentimentos que nos remetiam ao abandono. Pela fala das pessoas, notamos o quanto o abandono nos mobiliza e nos leva a apreender múltiplos significados. Permitiu apreender que, para nós, o abandono:

“É perda, falta de atenção, não estar presente, vazio, baixa auto-estima, falta de cuidados, falta de atenção. Essa palavra, também, é muito complicada, acho que é porque é carregada de sofrimento. Para mim o abandono está muito ligado à ausência, não somente à ausência física, mas à ausência em todas as dimensões da relação.” (Cristina, assistente social)

“É a falta de cuidado, a falta de atenção, é deixar de proporcionar os cuidados básicos “ (Neide, assistente social)

“É a falta de cuidados básicos, mas, não só dos cuidados básicos, eu acho que reflete uma ausência de atenção à criança. Eu percebo, na questão do abandono, uma falta de vínculo, uma falta de comprometimento, e isto vai (na minha opinião) ocasionar uma violência psicológica³⁰. Então, o abandono, para mim, traz tudo isso. Ele é muito grave.” (Christianne, psicóloga)

³⁰ É o conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas a envergonhar, censurar e pressionar a criança de forma permanente. Ameaças, humilhações, gritos, injúrias, privação de amor, rejeição, etc. (Crami - Campinas)

Nesse momento, o grupo passa a discutir outros significados para o abandono, acreditando que ele se configura não só na ausência física, mas também na ausência de afeto, de atenção, de vínculo, de comprometimento, o que poderia levar as pessoas que sofrem por causa do abandono a serem vítimas de uma violência psicológica. No Crami de Santo André, desde o início de suas atividades em 1992 até 2001, foram registradas 272 situações consideradas como violência psicológica.

As discussões do grupo evidenciam que a família é vista como um espaço que sofre influências diretas de um abandono social. Para o grupo, esse abandono configura-se na ausência dos cuidados básicos.

“A mãe faz o filho sofrer, porque ela quer um filho forte.”
(Ana Lúcia, psicóloga)

Nas discussões do grupo, o papel da família aparece como um importante espaço na educação do indivíduo, mas é ressaltado que existe uma confusão na forma de educar. Para o grupo existe uma forma de educar que busca garantir sujeitos fortes. Em alguns casos apresentados na instituição, o sofrimento foi justificado como meio de crescimento. Alguns participantes argumentaram que o abandono começa a ocorrer no processo da educação: os responsáveis transmitem o abandono vivenciado, naturalizando-o – os pais deixam o filho sofrer para torná-lo um indivíduo forte diante da vida.

“Eu percebo muita confusão na educação das crianças. (...) Talvez as pessoas confundam o que é educar para o mundo e o que é educar para a família ou educar para o sistema. Assim, as pessoas estão perdidas, não conseguem entender a influência do abandono social dentro de suas próprias casas. Eu acredito que o abandono social enfraquece as famílias, no sentido de que mesmo famílias que conseguem se adaptar e efetivamente lutar contra todo o sofrimento, toda privação, não conseguem ter força contra esse abandono maior. Eu acho que o abandono é muito mais prejudicial do que as pessoas percebem”. (Valéria, psicóloga)

O sentimento de indignação e de impotência fica muito presente na discussão. Fica evidente que, quando vemos as situações à nossa volta, é impossível não

nos indignarmos e percebermos que, muitas vezes, tentamos nos neutralizar para não sentir o quanto o abandono é cruel.

“(…) A gente tem que ter uma certa neutralidade e não deixar se envolver tanto com a emoção. De repente, quando a gente está indo embora e pára no farol, vê aquela criança de uns 5 anos, lá abandonada, no frio, suja, sem roupa adequada... Eu vou para casa e não consigo não ficar indignada. Eu fico questionando: será que eu estou começando a adoecer? Ficando emocionalmente abalada a cada esquina, a cada farol? Vendo essas crianças e tentando só olhar para elas e desviar o olhar? Não sentir o que elas estão sentindo, o frio que estão sentindo, a falta de cuidados, falta de proteção que elas estão sentindo ou mesmo a falta de amor, e todas aquelas coisas que elas estão passando? A gente não consegue se sensibilizar o bastante e tentar fazer alguma coisa diante do sofrimento de uma criança de 5 anos: à noite, pedindo dinheiro no farol, no meio dos carros, podendo até ser atropelada. Então, eu vou para casa com aquilo. Ao mesmo tempo que eu quero me desligar eu fico pensando se é justa a vida.”
(Valéria, psicóloga)

A criança no farol, o adulto, as pessoas em situação de rua aparecem na discussão como exemplos do abandono social. Pessoas que perderam ou nunca tiveram acesso aos bens e serviços da sociedade. As crianças aparecem como as grandes vítimas dessas situações, uma vez que os riscos são maiores, pela idade ou mesmo pela sua condição física.

Diante da legislação vigente, tal situação não deveria ser comum, pois a lei é muito clara no que diz respeito à proteção integral à criança e ao adolescente. No artigo 5 do E C A fica estabelecido:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou **omissão**, aos seus direitos fundamentais.” (grifo nosso)

Quando nos deparamos com situações como essas, fica evidente que existe a omissão do Estado, da sociedade e da família. Ficou ressaltado que as pessoas abandonam essas situações, muitas vezes tentam desligar-se desses fatos e não percebem o quanto vão deixando de lado o ser humano.

“Nessa situação, a gente também fica naquela angústia: ou eu me desligo ou eu também abandono. Porque a gente percebe que o abandono está mais presente na nossa vida do que nós imaginamos. A partir do momento em que a gente anda na rua e tem uma pessoa em situação de rua ou com sua família, enfim... Você passa, e todo mundo passa, e isso não deixa de ser um abandono também (...) Você deixa pra lá, aí, você também abandona a possibilidade de dar sua opinião e de conhecer pessoas novas (...) então, eu acho que o abandono é sutil e nós não percebemos isso no nosso dia-a-dia, vivendo em uma sociedade capitalista, onde cada um, mesmo que não perceba, é levado a uma vida egoísta, ou seja, voltada para suas próprias coisas. Em muitas casas, em cada cômodo existe uma televisão, o que contribui para o distanciamento entre as pessoas (...) Então, dentro dessa questão do abandono na sociedade está muito presente, e a gente acaba reproduzindo sem saber, sem se dar conta, porque é muito sutil. A impressão que me dá é que ela (a sociedade) é feita para não percebermos, porque tem a questão da ideologia, que é a questão da falsa verdade. Não se percebe a verdade, se coloca uma verdade que acaba se tornando natural. Então, realmente, você acaba não questionando nada.” (Rosana, estagiária de serviço social)

A sociedade capitalista é marcada pelo acúmulo do capital. A relação capital x trabalho acaba contribuindo para as desigualdades sociais, o que provoca o aumento de pessoas pauperizadas e sem condições de se manter, buscando a rua como seu único refúgio. Na discussão, fica evidente o quanto a sociedade abandona essas pessoas e o quanto todos são responsáveis por tais situações. Para o grupo há uma falsa verdade, na medida em que não existe um questionamento sobre esse abandono, sobre os fatos da vida, sobre a violência do cotidiano. A ideologia aparece como uma falsa verdade, pois se coloca apenas uma forma de olhar que acaba naturalizando as situações, sem um questionamento que permitiria a ocorrência das mudanças necessárias e a transformação do quadro social.

“Não há um questionamento, não há um momento para se refletir, para pensar como modificar isso, até para se responsabilizar, pois, na medida em que a gente vê uma criança no farol, uma pessoa em situação de rua, e todas essas outras questões, nós, enquanto participantes de uma sociedade, também temos que nos responsabilizar. Mas, numa sociedade que se constitui no individualismo, ninguém se responsabilizará por nada.” (Cristina, assistente social)

A questão do abandono vai tomando outra dimensão na discussão, passa a ter outra conotação, não apenas o abandono do indivíduo, da família, mas vai

aparecendo a responsabilização de outras esferas, como, por exemplo, o Estado, os políticos. A questão estrutural e econômica fica presente quando é enfatizada a não-distribuição de renda e a divisão de classes.

“Na hora de apontar alguém como responsável é complicado, mas é o Estado, o político... sem se dar conta de que, muito além dos políticos, existe também a questão da não distribuição da renda, da divisão de classes (...) Fala-se muito dos problemas sociais: onde estão os problemas sociais? Bom, é a falta de escola, a falta de educação, da família. Marx vai dizer que é um problema de estrutura, e estrutura é o econômico, onde não se divide. Realmente a tendência é abandonar, é cada um ficar na sua: ‘não se meta comigo’... Então, eu acredito que muitos problemas surgem daí.” (Rosana, estagiária de serviço social)

Uma das componentes do grupo acredita que nesta sociedade capitalista, o indivíduo é levado a se proteger, e acaba perdendo os sentimentos, não reagindo às situações de violência, como, por exemplo, as crianças jogadas na rua.

“(...) O ser humano, dentro do regime capitalista, começa a agir da mesma forma que a massa. Mas é exigido dele que se proteja como indivíduo, como ser único. Ele se afasta do sentimento. Então, ele pode até passar por crianças jogadas na rua. Mas ele tem que se proteger daquilo, ele tem que não sentir, não se emocionar, não levar pra casa. Então, eu acredito que a individualidade está comprometida por causa da exigência do individualismo no capitalismo. (...) A luta da gente pra ser um indivíduo se perde diante da massa, se perde diante da auto - proteção para sobreviver (...)” (Valéria, psicóloga)

A discussão revela que esse individualismo exagerado que as pessoas acabam desenvolvendo para se proteger ou mesmo para não sentir o que ocorre à sua volta também acaba desenvolvendo outros sentimentos, que muitas vezes são negativos: além de não se envolverem com o que é estranho a elas, acabam por nutrir pensamentos destrutivos. Um exemplo citado foi a situação dos jovens que atearam fogo em pessoas em situação de rua. O grupo entendia que tais situações são provocadas pelo tipo de individualismo desenvolvido na sociedade capitalista.

Surgiu um questionamento sobre essas considerações: o indivíduo quer se proteger, ou será que ele tem limites?

“(...)Em que medida é se proteger e em que medida é reconhecer limites: os nossos limites individuais, os nossos limites institucionais, o nosso papel enquanto cidadão, enquanto pessoa, filha, mãe, esposa, namorada, enfim, profissional, o nosso papel, o papel do Estado, o papel da sociedade... Porque, quando nós falamos: este eu não posso chegar perto, porque está em situação de rua, fede ou vai me assaltar - você pode estar se protegendo ou você pode estar reconhecendo limites... ou, também, você tanto pode evitar como pode agir diferente (...) Então, seria nosso papel ir lá e fazer o quê? Eu, Karla, pessoa, cidadã, estou passando e vejo uma criança no farol - eu posso estar me protegendo ou posso acreditar que aquela é uma situação social e que eu sozinha nada posso fazer? Se eu não me proteger disso?”(Karla, assistente social)

Nessa fala fica evidente a preocupação em definir quais são os limites que cada instância possui. Sabemos que no Brasil são vários os espaços que garantem a proteção a crianças e adolescentes, espaços esses que apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação. Portanto, é fundamental que as pessoas, a sociedade, os profissionais, as instituições, os políticos, o Estado etc. tenham clara a importância de notificar tais situações para que de fato esses órgãos efetivem sua ação. Se deixarmos de lado tais situações, estaremos nos voltando para o individualismo e não sentiremos a necessidade de nos mobilizar para a mudança desse quadro.

“Eu acho que a Karla levanta uma questão. O que fazer? Hoje, na nossa sociedade, existem mecanismos de proteção à criança que está em uma situação de rua, ou seja, Conselhos Tutelares, o próprio Crami. A partir do momento em que você vê, você tem um impacto: se todos nós ficarmos pensando que temos que nos proteger sempre, vamos estar sempre nos voltando ao individualismo mesmo, para a nossa vida, e não vamos nos envolver com aquela expressão da questão social, com o abandono social, com o abandono que aquela criança ou que aquele morador, ou aquelas pessoas em situação de rua estão vivenciando naquele momento. Acredito que tem a ver com o que já foi colocado: que quando se percebe, quando se faz uma leitura da sociedade na qual se percebe que os problemas maiores estão ligados a uma estrutura, então, não dá para simplesmente se fechar e pensar no individual, temos que ter uma noção de totalidade mesmo, de estrutura, de conjuntura econômica/social, do macro, para que se possa intervir também nos micro - processos, ou seja, naquela criança que está no farol, na família que o Crami atende... porque se simplesmente nós formos nos proteger, e considerar que é uma

questão financeira, vamos fechar o vidro do carro e ir embora... qual é a nossa responsabilidade enquanto pessoa, enquanto cidadão? Acho que aí entra uma questão ética, porque, quando nos preocupamos com a ética, acabamos por nos responsabilizar pelas situações”.(Cristina, assistente social)

A questão ética aparece como algo que vai além do indivíduo, vai além da atitude individual, ou seja, ela se expressa quando a pessoa se responsabiliza pelo outro, pelo coletivo. Como Barroco aponta: “a ética realiza sua natureza de atividade propiciadora de uma relação consciente com o humano-genérico quando consegue apreender criticamente os fundamentos dos conflitos morais e desvelar o sentido e determinações de suas formas alienadas; quando apreende a relação entre a singularidade e a universalidade dos atos éticos-morais; quando responde aos conflitos sociais resgatando os valores genéricos; quando amplia a capacidade de escolha consciente; sobretudo, quando indaga radicalmente sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu principal fundamento.” (2003: 56).

“Diante de uma estrutura fragilizada, de um sistema que não é ético, de um sistema onde tem pessoas que administram o país, o município ou uma família que não a utilizam... Quando é utilizado esse processo de individualismo como justificativa para não ter uma ação que cobre da estrutura quando se está com dificuldade para lidar com suas habilidades... estamos falando diretamente da pessoa que se responsabiliza pelo outro, por uma ação, uma ação de administrar... ela utiliza a sua fala apoiada num discurso que aparentemente é ético, responsável e politicamente sistematizado, com planejamento para beneficiar a população, os que necessitam e que, de repente, se corrompe por necessidades individuais e capitalistas. Então aí a gente vê que eles facilmente passam pelo farol e passam por uma criança de 5 anos e fecham o vidro... eles não querem pensar se o sistema social e político está funcionando, eles não fazem denúncias no 0800 porque também vão ter que responder por isso. Então eu acredito que o abandono passa puramente pelo compromisso de cada um.” (Valéria, psicóloga)

O grupo acaba refletindo sobre o papel dos políticos e a ausência de compromisso desse segmento da sociedade, o que acaba contribuindo para o processo de exclusão, ou seja, de abandono, na sociedade.

Além desses pontos que destacamos sobre o significado do abandono, existem fatores a ele relacionados, tal como este se expressa na sociedade, que podem

ser considerados internos (intra-familiares) e externos (extra-familiares). Os fatores externos do abandono mobilizam os internos: por exemplo, a cultura do abandono é reproduzida nas relações familiares, seja por meio da educação (pois, se eu não tiver, não saberei dar), seja por meio da reprodução das idéias pelos mais diferentes meios de comunicação.

Foi observado pelo grupo que, no mundo capitalista, as pessoas estão fechadas para o outro. As relações são estabelecidas por intermédio dos meios virtuais. Mesmo as crianças que mantêm esse tipo de relação (virtual) estão se distanciando das pessoas. Quando as relações são estabelecidas por meio de objetos, as crianças e os adultos perdem possibilidades reais de desenvolver seus valores éticos. Existem diferenças no relacionamento com o meio virtual, entre a criança rica e a pobre, no entanto, em ambos os casos existem o risco de afastamento do mundo real.

Também, é uma consequência das relações do mundo capitalista o fato de existirem cada vez em maior número crianças que não têm recursos e que vão para a rua e lá encontram uma gama de situações de risco. A criança que sai para a rua encontra freqüentemente pessoas violentas, com as quais poderá aprender a ser violenta. Muito embora essa questão esteja em pauta na nossa sociedade, ainda são poucos os recursos e cuidados disponíveis para o enfrentamento dessa situação.

Com toda essa discussão, observamos que o abandono apresenta-se de forma muito próxima na nossa vida. Somos expressão da sociedade, então o que acontece nela acontece conosco, no nosso cotidiano. Os participantes do grupo focal expressaram que, para eles, o abandono é sempre ruim: não existe um lado que possa ser considerado bom nele.

A tempestade de idéias possibilitou uma discussão mais ampla sobre o tema, e o grupo percebeu que o abandono é muito maior ou muito mais importante do

que aparenta. É importante discutir as causas que o provocam para que possam ser superadas. Para o grupo, o abandono aparece em todas as situações da vida cotidiana - enquanto falta de compromisso individual e coletivo, ausência - e mobiliza sentimentos de angústia. O abandono também aparece em que situações que, mesmo existindo as condições financeiras para a família suprir suas necessidades, ele se expressa através da ausência, da falta, como um abandono na abundância.

“Eu vou falar sobre o meu sentimento diante desta tempestade de idéias na qual nós tentamos entender o que é o abandono. Ficou-me um sentimento de pena. [Pareceu-me] que essa tempestade, ao invés de purificar o ar e de ser uma coisa pela qual a natureza também se beneficia, vira enchente e prejudica tanta gente e acaba com os lares de tanta gente, com a vida das pessoas, com a expectativa das pessoas melhorarem... Então foi isso: a tempestade do abandono deixou esse sentimento em mim.” (Valéria, psicóloga)

“O abandono agora é [para mim] muito mais significativo do que eu pensava. Vai muito além, não só do individual, mas também do social. Eu ainda penso que o descaso social, o descaso individual, é um abandono.” (Maria, estagiária de psicologia)

“(...) o abandono está ligado a muitas coisas, até mesmo a essa questão do deixar de lado... também está ligado a exclusão (...)” (Rosana, estagiária de serviço social)

“(...) penso que o abandono faça parte de uma falta de compromisso individual e coletivo e que nós abandonamos e estamos abandonadas e não tendo claro o que estamos fazendo e o que deixamos de fazer (...)” (Karla, assistente social)

O grupo considerou fundamental essa primeira aproximação para compreender qual seria o tema central da discussão, a qual esteve baseada na experiência de cada um, a partir da vivência nas situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes. O grupo entendeu que seria importante discutir o abandono familiar, uma vez que a família sofre interferências diretas da sociedade na qual está inserida.

“A família, na verdade, é uma instituição. Ela é reprodutora da ideologia e a ideologia também está na sociedade (...) a família traz para dentro aquilo que ela apreende fora (...)” (Ana Lúcia, psicóloga)

“Na verdade a família funciona seguindo um padrão mundial, ideológico. Só que ela também funciona com um código. Então, eu acredito que existem duas influências aí. É uma via de mão dupla. As influências são exercidas interna e externamente, e cada indivíduo é influenciado. Essa questão da ideologia fica muito forte, porque faz com que as pessoas acreditem que exista o certo a ser seguido e não uma verdade de cada um.” (Valéria, psicóloga)

“Faz com que as pessoas pensem que existe um modelo a ser seguido. E a família foi modificando conforme a história social. Até os modelos de família foram modificando (...)” (Maria, estagiária de psicologia)

“Eu acho que é uma questão minha, particular, mas acho que independente da família sofrer essa influência da parte das políticas públicas, da parte [das relações] sociais, externas, é muito mais interessante trabalhar a família, por vários aspectos, tanto das influências que ela exerce e das transformações que ela participa (...) ela é muito mais rica, então essa estrutura familiar, o que essa estrutura conseguiu transformar, criar, usar. Para que ela foi vista? Qual o objetivo que ela quer alcançar? Qual o papel que ela quer exercer? Então eu acho muito interessante trabalhar a família (...)” (Ana Lúcia, psicóloga)

“Um dado da família é que um ser humano não é separado do outro, começa daí. Não tem como separar. Você pode até estudar desmembrando, mas, no final, você vai ver no geral, é tudo junto, não tem como, então o que acontece dentro, acontece fora, é um reflexo... Então não tem que delimitar família, tudo tem uma influência, você está num contexto social, situacional do Brasil, de São Paulo, de Diadema. As políticas estão rolando aí no mundo ...”(Christianne, psicóloga)

O grupo vai delimitando o objeto da pesquisa, com algumas discussões. Os profissionais entendem que esse seria o foco das reuniões, diante da real necessidade da instituição. Mas ressaltam o cuidado que devemos ter, uma vez que o sentido do abandono para o grupo, pode não ser o mesmo para as famílias.

O grupo volta a discutir as interferências da política na vida das pessoas, da ausência da efetivação das leis voltadas ao atendimento da criança e do adolescente.

“(...) Estamos falando de um sociedade hipócrita que tem o ECA e deixa as crianças na rua, onde existe um estatuto que não é cumprido, e uma hipocrisia danada fingindo que se cuida de crianças dentro no nosso país e isso não é verdade (...) A criança abandonada que vira uma família abandonada não tem identidade própria. Quer dizer: não é que não tenha uma identidade própria, não tem uma identidade onde esteja fortalecida o suficiente para questionar ou mesmo sobreviver a todo esse sofrimento e tenha força para sair dessa.” (Valéria, psicóloga)

É importante pontuar que para que a pessoa construa a própria identidade (e não vivencie apenas uma identidade atribuída) é necessário ter uma leitura ético-política da realidade, ler por meio da forma como as coisas aparecem e como realmente são, ter o olhar crítico para o cotidiano, para os acontecimentos.

Como Martinelli ressalta: “as identidades se constroem e se objetivam na práxis, pela mediação das formas sociais... Condensam largos percursos identitários, longas trajetórias históricas de diferenciação e reconhecimento. São sínteses, sempre provisórias porque históricas, de múltiplas identificações. Afinal, como as pessoas, as identidades nunca estão prontas, transformam-se na mesma medida em que se transformam também as condições sócio-históricas em que se deu o seu engendramento.”³¹

Na verdade, é importante ressaltar que não será regra uma criança abandonada virar uma família que abandona, mas, nas condições de precariedade a que estão expostas, muitas vezes essa violência se configura intergeracionalmente, ou seja, se reproduz.

O grupo acabou por definir que deveríamos discutir o abandono familiar, e decidimos que estaríamos apresentando um atendimento realizado pelo Crami.

3.1.1. Abandono: uma situação em atendimento

A situação apresentada pelos profissionais refere-se a um caso com características de negligência. No Crami, os casos atendidos como abandono estão vinculados a situações de negligência pelo fato de não se ter clara a dimensão do abandono. O caso foi assim relatado pela equipe:

A família tem uma cultura de negligência. A genitora é passiva, tem seis filhos e um neto. O genitor não se importava com a família. Uma das filhas,

³¹ Fonte: A categoria identidade: uma primeira aproximação, elaborada por Maria Lúcia Martinelli; material de apoio para o Curso Serviço Social: identidade e contemporaneidade, em agosto de 2004(mimeo)

adolescente, apresentava postura parecida com a da mãe em relação à passividade. Essa filha engravidou, e o parceiro não demonstrou afetividade ou interesse por esse fato.

O caso foi para o Crami com a notificação de abuso sexual, mas, após o primeiro atendimento, foi observada a gravidade da apatia da família. Houve o encaminhamento para vários projetos, mas a família não correspondeu às providências.

O bebê que a adolescente teve estava desnutrido quando o atendimento foi iniciado. A família não se mostrava preocupada com esse fato.

No histórico dessa família, constata-se que, quando a genitora da adolescente veio para São Paulo, ela estava com mais ou menos 20 anos. Seu casamento fora arranjado por seu pai. Eles vieram para São Paulo por imposição do marido. Na época, a genitora não emitiu opinião própria. Parecia uma pessoa anestesiada diante das situações. Mesmo separada, seu ex-marido, mesmo tendo outra família, às vezes mantinha relações sexuais com ela.

Os membros da família apresentavam indiferença uns com relação aos outros. As filhas casavam e a família sequer sabia onde moravam.

A apatia da família se expressa no ramo feminino, ou seja, é uma questão de gênero: as mulheres parecem não se indignar com sua condição de vida. Uma das crianças da família começou a participar de oficinas lúdicas, e em uma atividade fez o desenho da família com figuras masculinas, só com os homens da família, as mulheres não apareciam de nenhuma forma.

A genitora tem três filhos homens, três mulheres e um neto (filho da adolescente). Ninguém estuda na família. O comportamento comum é deixar tudo acontecer. Todos lidam com as questões instintivamente, sem reflexões racionais e sem uso de informações sobre questões básicas.

O serviço social iniciou os atendimentos e, em seguida, a psicologia começou a atender. A genitora mostrou-se depressiva e desmotivada. O bebê estava desnutrido, mas a adolescente e a avó pensavam que estavam cuidando bem dele, não percebiam sua situação orgânica. A criança simbolicamente demonstrava toda dinâmica da família, ou seja, a regressão, a desnutrição, a apatia.

Percebeu-se que a família não possui um olhar para as crianças, não percebe o que cada um precisa, e essa vivência proporciona o abandono. A psicóloga observou que a genitora da adolescente, em terapia, teve um olhar infantil, como se precisasse de cuidados, como um movimento de necessidade infantil para que algo fosse suprido. Aproveitou então as sessões diagnósticas para, na medida de suas possibilidades, suprir essas necessidades.

Nos atendimentos terapêuticos (quatro sessões) a que essa genitora compareceu, ela não demonstrou ser negligente, não tendo faltado nem atrasado às sessões. Foram sendo percebidas pela equipe algumas diferenças: o bebê apresentou melhoras, ou seja, uma reação; a genitora da adolescente demonstrou interesse em voltar a estudar e falou da sua indignação em relação ao companheiro.

No entanto, ela mudou de comportamento quando foi encaminhada ao grupo de pais (procedimento institucional). Ocorreu o que se poderia chamar de regressão ao estágio anterior. Foi percebido então que ela precisava de um espaço individual para atendimento em que pudesse trabalhar questões primárias, antes dos motivos específicos de sua ida ao Crami.

Por essa época, foram realizados alguns encaminhamentos. Percebeu-se que ela se sentiu pressionada, o que ocasionou o afastamento da família do atendimento, alegando não considerá-lo mais necessário. O caso foi encerrado devido a um limite institucional.

No decorrer da apresentação do caso, foram surgindo alguns questionamentos sobre a intervenção dos profissionais. A criança com desnutrição estava com nove meses e, segundo os profissionais da entidade e do posto de saúde da região, era necessária uma intervenção urgente.

A mãe da criança, uma adolescente, estava com 16 anos e, como foi pontuado pela psicóloga, não tinha noção da gravidade do caso, e muitas vezes agia como a sua mãe.

“A filha mais velha também passava pela mesma situação, ela ficava grávida de um rapaz, ficava junto e depois voltava para a casa da mãe, e em uma situação dessa de não se indignar, de aceitar, de ir levando e ir tocando a vida...”(Christianne, psicóloga)

Fica clara a questão intergeracional da violência, como já foi dito anteriormente: o abandono é reproduzido.

“A mãe, quando teve o filho, já estava separada do marido. Todos os outros filhos que ela teve era assim: ele a abandonou, constituiu outra família, mas a procurava para manter relações sexuais e ela engravidava.” (Neide, assistente social)

“Interessante é que ela falava na entrevista que ele (o marido) casou, e tem outra família, e a gente perguntava: ‘mas, escuta, você não exige dele uma atenção, ou você não exige que ele venha arrumar o seu tanque? Sim, arrumar o tanque, pois estava caindo no pé dela... o banheiro sem vaso sanitário, sem nada... e aí ela respondia: ‘Ah, mas ele não tem tempo, porque a mulher dele é muito exigente, não deixa ele vir.’ (...)”

O abandono vai mudando os valores das pessoas. É o caso dessa mulher, na medida em que ela não sente, não percebe o quanto está sendo prejudicada com a ação do ex-companheiro. Ela não tem recursos para valorizar a sua condição de mulher.

Essa situação se configura como uma forma de violência, pois, existe uma sutileza na relação: ele não se sente responsável por ajudá-la, nem aos filhos, simplesmente os abandona.

Na medida em que a mulher é atendida no Crami, ela vai criando um vínculo com os profissionais e vai se percebendo enquanto pessoa. Ela nota o quanto o ex-marido a deixa de lado.

“Com relação à mulher atual dele, aí ela falou assim: ‘Ah, mas com ela, ele faz tudo, por que para mim não?’ Ela não percebia que era uma questão dela, porque ela se largou.” (Christianne, psicóloga)

Na situação apresentada, os profissionais do atendimento vão analisando como foi a intervenção, os sentimentos deles e da família atendida, o que observaram, o que ficou faltando, os problemas identificados na família tida como negligente.

Estavam caracterizados os vários tipos de violência, intra-familiar e extra-familiar. Essa família, conforme foi relatado, não possuía condições materiais e financeiras para sua subsistência. Suas condições de moradia eram precárias; inclusive aparece em uma citação que não existia geladeira na casa.

Estava embutido na relação familiar um abandono em torno de todos os membros. O bebê que estava com desnutrição grave não despertava maior atenção.

“Nós percebemos que o filhinho da adolescente de 16 anos estava desnutrido. Pegamos no pé mesmo, falamos para levá-lo ao posto; nós acabamos levando-o ao posto, para ver se acontecia alguma coisa. Arrumamos creche e ela não foi. Foi muito difícil para arrumarmos, mas ela não foi. Nós a questionamos: por que não? Aí você pode arrumar um emprego, você pode fazer um curso. Ela respondeu: ‘Ah, não, eu quero dançar hip-hop.’” (Christianne, psicóloga)

“Mas, e quando ela fala, por exemplo, com 16 anos que ela quer dançar hip-hop, não seria aí uma questão de responsabilidade que ela não queria assumir. De repente, acabou se vendo em uma gravidez, e o que ela queria era se divertir?” (Cristina, assistente social)

“Eu acho o seguinte: nos dias atuais ela quer dançar, ela quer se divertir e ela tem esse direito... só que estudar... É engraçado, nós ficamos estimulando a estudar, mas é uma coisa muito difícil, porque está impregnado na família, ninguém ali tem essa tradição; ‘pra que estudar? você está viajando?’” (Christianne, psicóloga)

Na situação de abandono fica muito presente a questão intergeracional, ou seja, a violência faz parte do ciclo da família. Para Saraceno (1992: 221), o ciclo de vida familiar refere-se à história de cada família, à sua evolução e transformações no tempo. Tem a ver com o tempo cronológico da duração, do período de vida de uma família (ou de um indivíduo), bem como com o seu “calendário”: os eventos que demarcam um período, ou fase. Implica em adotar uma visão processual da família, quer do ponto de vista da sua estrutura, de quem vive com quem, quer do ponto de vista das posições nela assumidas pelos seus membros de vez em quando, quer, enfim, do ponto de vista do conteúdo das relações familiares. Os ciclos de vida individuais e o ciclo de vida familiar entrelaçam-se e são interdependentes.

Para Vitale (1999: 177), os acontecimentos da vida familiar se inscrevem na multidimensão do tempo histórico, social e do peculiar de cada família. A autora considera ainda que fará parte do ciclo familiar algumas questões centrais: a geração, o gênero e a classe social, fatos importantes para serem considerados quando se trata de família. Apoiada nas idéias de Attias-Donfut³², considera geração uma idéia universal, complexa e polissêmica, que evoca vida e morte, reprodução, tempo e espaço... é compreender a história familiar... seus símbolos temporais, sociais e históricos.

A questão do gênero, as relações entre os sexos são ressaltadas no âmbito familiar. É neste espaço que se configuram as diferenças entre homem e mulher. A classe social será percebida a partir do contexto social e econômico no qual a família está inserida. Esse espaço privado (família) irá exercer uma

³² Ver mais: ATTIAS-DONFUT, C. *Sociologie des générations*. Paris: PUF, 1988

enorme centralidade na vida das pessoas, mesmo com tantas mudanças no decorrer da sua história.

Após as discussões sobre o atendimento realizado, o grupo passou a refletir sobre o seu papel enquanto responsável pelas mudanças nas intervenções familiares.

Ficou claro que a mãe da adolescente necessitava de um atendimento individual terapêutico e acompanhamento sistemático do social, mas, devido ao limite institucional, foi encaminhada para o grupo de pais, o que a desmobilizou para a continuidade do trabalho.

A psicóloga que atendeu a mãe se posicionara contra a ida dela para o GOP³³, uma vez que considerava importante que continuasse no atendimento individual e receava que o seu encaminhamento para tal atendimento levasse a família se afastar-se da instituição.

“É interessante: a gente estava falando que ela se nutria, como se ela estivesse mamando; é engraçado porque agora me veio à lembrança o olhar dela para mim; ela via em mim a mãe, a figura materna.”
(Christianne, psicóloga)

Nesse trecho fica evidente que o adulto se tornou criança por conta do abandono que vivenciou ao longo da sua vida. O emocional passou despercebido. Ela se sentia abandonada pela família, pelo ex-companheiro, pelos filhos, pela vida e por ela mesma. A profissional acabou suprimindo essa necessidade, na medida em que se aproximou e a viu como uma pessoa que necessitava de atenção.

“Mas naquele momento eu olhava para ela com carinho, como se ela estivesse esperando de mim o máximo que eu podia dar e eu dava

³³ O grupo de orientação aos pais- GOP do Crami foi criado em 1.998, com a finalidade de possibilitar um espaço de sensibilização e reflexão sobre a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes a partir da vivência dos pais e/ou responsáveis.

atenção... eu senti que era uma criança mesmo, que eu tive que pegar no colo e fazer todo o movimento para que essa criança de alguma forma reagisse. Mas o afetivo é muito importante, o olhar do psicólogo, do assistente social... O olhar mesmo, não só técnico, mas o olhar, o olhar..." (Christianne, psicóloga)

"A sensibilidade e a responsabilidade, porque eu acho que a partir desse momento em que ela se entregou a você- e isso quer dizer à instituição também-, eu acho que esse é um ponto para refletir as ações, os atos, de como os profissionais acabam atendendo, envolvendo a pessoa... de certa forma mudando algumas situações e perdendo." (Cristina, assistente social)

"E ela precisava de uma atenção, talvez ela fosse como um bebê que precisa de uma atenção da mãe. Ali, só para ela... porque ela nunca teve. O pai fez ela se casar com um cara, nunca ninguém levou em conta os sentimentos dela... Talvez, num atendimento de grupo, isso ficasse mais diluído. Porque não era ela a pessoa, era o grupo... um trabalho de orientação. Diferentemente do que eu estava fazendo numa entrevista individual: eu perguntei da vida dela, eu me interessei, quis saber a história dela, a trajetória de vida dela. Pode ser que tenha sido ali, porque eu acho que às vezes a gente tem alguns procedimentos no Crami... Sabe? Essa coisa de ter que ir para o grupo e às vezes não tem que ir. Existem alguns trabalhos que são padronizados..." (Christianne, psicóloga)

"Mas também tem aquela coisa muito padronizada, e eles são desanimados também. Não dá para atender todos os casos." (Neide, assistente social)

"Não, não dá, por isso que eu acho que entra a avaliação de cada caso: tem caso que dá para ir para o grupo, tem caso que não dá. Foi uma avaliação, mas ela ia para uma terapia; na verdade eu não tinha aplicado nenhum teste nela, eu não precisava aplicar, eu já sabia o que ela tinha... ela tinha um abandono total de si mesma, um abandono da família, ela sempre viveu isso. Ela precisava dessa atenção, talvez para ela acordar. Depois ela iria para uma terapia. Na verdade, essa avaliação foi praticamente uma terapia, porque estávamos falando de coisas dela." (Christianne, psicóloga)

"E aí quando você pediu para ela ir para o grupo, será que ela não sentiu como um abandono?" (Valéria, psicóloga)

"Pode ser, mas eu ia continuar a avaliação com ela... e você sabe que depois disso eu comecei a rever um monte de casos e eu estou atendendo... eu falei: 'olha, Neide, não é caso para grupo agora, porque eu percebi no atendimento individual que ela não está preparada, ela vai embora!'. A gente só aprende errando. E aí acho que nesse caso foi um erro." (Christianne, psicóloga)

Na medida em que o grupo identificava os sentimentos, os desejos, os limites na ação profissional, percebia o quanto estava contribuindo para uma rede de abandono e negligência. Percebia também que, nos erros poderiam surgir

acertos e que é muito importante avaliar as situações e ser flexível, principalmente em se tratando da questão da violência. Ficou evidenciado que a questão do abandono mobilizava o fazer e a construção de novos saberes.

“A última entrevista com ela foi em setembro de 2004. Depois ela não veio mais. Elas não levaram o bebê na creche. A gente entrou em contato com a Unidade Básica de Saúde, onde eles falaram que a situação do bebê era complicada porque elas nunca acatavam as orientações. As técnicas da UBS não conseguiram fazer visitas, mas nós fizemos algumas para tentar sensibilizar, levar para a creche, mas não adiantou e pedimos a intervenção do Conselho Tutelar, o que também não resolveu. Então, encerramos o caso e mandamos para o Judiciário. Encerramos em fevereiro de 2005, porque esgotaram os procedimentos institucionais.” (Neide, assistente social)

Questionando a ação profissional e os limites institucionais, chegamos à conclusão de que, para se configurar uma situação de abandono, é necessário que exista anteriormente uma situação de negligência.

Nesse encontro foi ressaltada a impotência do profissional e a fragilidade do trabalho em rede no atendimento à criança e ao adolescente do município. Mesmo quando existe, ainda falta uma efetivação maior para que se garanta a proteção integral, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Passa a surgir outra dimensão do abandono, ou seja, a responsabilidade das instituições pelo atendimento direto às situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes.

“Eu acho que o único perigo da gente ficar falando que é limite institucional [é a possibilidade] de se achar que esse limite é maior do que se pensa e não encontrar possibilidades de atuação. Então, eu acho que é muito perigoso se falar muito no limite! Porque, assim, o que a gente sabe que tem limites, mas que tem também possibilidades deles serem ultrapassados, de ir além das dificuldades. Nós temos que acreditar nisso... Eu acredito, mas sempre dentro da realidade. É o seguinte: tomar cuidado para não ficar sentindo e começar a se comportar da mesma forma que os indivíduos [com os quais se trabalha], justamente porque o que acontece, na questão que estamos estudando, é que nós ficamos muito dentro da instituição, sem poder discutir [entre nós e com os outros] o que é preciso nos atendimentos. Quando a instituição não preza a saúde e o desenvolvimento do profissional, ela impede que ele fique, que tenha condições saudáveis

para enxergar outras possibilidades. Porque se a gente está aqui, lidando com recursos limitados, não conseguimos enxergar outra coisa, porque ninguém consegue. Agora, a partir do momento que a gente tem contato com coisas novas, além de conseguir ultrapassar alguns limites, estamos cuidando da nossa saúde mental.” (Valéria, psicóloga)

“Eu acho que a Instituição abandona a gente.” (Christianne, psicóloga)

“Aí, nesse caso específico, eu acredito que uma das formas de realmente estar colocando a responsabilidade dos profissionais seria redigir um ótimo relatório. Porque você o está enviando para o Fórum, onde ele passa pelo setor técnico. E colocar de fato quais são os limites institucionais e quais são os riscos é uma forma de você estar garantindo que eles dêem continuidade ao acompanhamento que a gente fez. Isso não irá amenizar o sentimento de impotência, porque eu acredito que trabalhar em uma instituição que lida com a saúde mental- porque o Crami acaba lidando com isso, com os sentimentos, com as mudanças, com as transformações-, isso traz para os profissionais uma impotência tremenda.” (Cristina, assistente social)

“...Existe toda uma rede de atenção, que se o trabalho não estiver junto àquela rede, não irá funcionar... A creche teve o mesmo olhar que o nosso, o departamento de educação ficou sensibilizado... e confirmou a vaga na creche por se tratar de prioridade... confirmou o que a gente colocou.” (Neide, assistente social)

Na questão da violência doméstica, devemos ter claro que a nossa atuação deve ser compartilhada, porque não conseguiremos melhorar as situações na família de forma individual. É necessário o envolvimento da rede de atenção de forma integral.

“Para mim é a questão da reprodução. O que ficou claro neste caso foi a questão da reprodução do abandono, uma reprodução geracional. Para mim fica sempre uma questão no ar: porque o abandono parece não ter limites, sempre estão surgindo algumas questões diferentes, algumas questões para as quais não temos respostas. E, ainda, existem alguns vácuos nos próprios acompanhamentos dessa família. Eu acho que nós vamos tentar preencher esses espaços nessas discussões, sem querer achar, logicamente, que vamos modificar a intervenção, ou esgotá-la. Porque nós não vamos esgotar, mas talvez trazer, nesse grupo focal, alguns subsídios, outras maneiras de intervir, porque são situações que simplesmente não se consegue conhecer, e pronto, acabou, é uma situação que não tem jeito... Não, eu acho que existem outras possibilidades de intervenção”. (Cristina, assistente social)

“Eu penso que quando o Crami encerra um caso, tem vários motivos e, realmente, algumas vezes a família não adere e esse foi o caso. Nós temos mais é que refletir: quando a pessoa muda de endereço, tudo bem, mas e os casos que não aderem? Aí eu acho que sim: nesse sentido, nós acabamos sendo negligentes e abandonamos. Quando

não paramos para refletir: 'por que que abandona? por que ele não vem?', nesse ponto eu acho que estamos abandonando mesmo e reproduzindo esse abandono... a gente podia até fazer uma pesquisa: 'por que se abandona, por que que eles abandonam, por que a gente não pára para discutir isso?' Nós estamos abandonando: que horror! E só esperamos o Fórum mandar [de volta as situações para nossa intervenção]. A gente tem que pensar nisso, eu acho que temos que parar para refletirmos..." (Christianne, psicóloga)

Foi pontuada pelos profissionais a questão do refletir, do estudar, da busca de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema, ressaltando inclusive a possibilidade de mudanças nos critérios institucionais.

"A gente priorizava sempre a violência sexual, porque é mais grave. Bom... mais grave por quê? Será? É uma pergunta. Um questionamento, será? Bem, eu pelo menos estou atendendo vários casos de negligência, e o meu olhar sobre essa violência é diferente. Eu acho que o Crami tem que trabalhar mais com esse tipo de violência, porque tem uma questão cultural muito forte, acho que mais que as outras, de abandono, sabe? Tem o abandono social, macro/micro, que envolve tudo. Acho que o Crami tinha que fazer um trabalho específico para a negligência, talvez não encerrar tão rápido ..." (Christianne, psicóloga)

"É uma questão... então estamos lidando com seres humanos, certo? E a vida de um ser humano não tem preço, não tem tempo, ela é importante, e eu acho que, por isso, toda instituição que lida com vidas deve ter um outro olhar, uma sensibilidade maior para saber se realmente está atendendo aquela necessidade que chegou até ela." (Cristina, assistente social)

A partir dessa discussão, fomos nos aproximando mais das situações configuradas como negligentes, e diante desta reflexão partimos para buscar uma compreensão dos significados dessa categoria, a 'negligência'.

3.2 As múltiplas faces da negligência

3.2.1 Na perspectiva dos profissionais de atendimento nas situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes

O grupo observou que, na grande maioria das situações em atendimento no Crami, o fator predominante para configurar negligência é a situação socioeconômica da família. Ou seja, foi analisado que, na verdade, não existe uma intencionalidade por parte da família de abandonar ou mesmo de ser negligente, mas há um fato concreto, que é a ausência de condições materiais para suprir suas necessidades reais.

Agnes Heller, baseada em Marx, esclarece que na sociedade capitalista “o aumento da produtividade somente se baseia na correlação da quantidade do valor de uso: elevando a riqueza material da sociedade, satisfazendo ao mesmo tempo e produzindo necessidades” (1986: 27).

No mundo capitalista se produz muita riqueza e, cada vez mais, múltiplas necessidades. Dessa forma, as necessidades são parte efetiva das relações econômicas, porque possibilitam a produção de mercadorias, transformando-as em valores de uso e, portanto, em consumo. Para Marx, segundo Heller, a categoria necessidade está presente também nas determinações da vida social.

Heller aponta que, nos Grundrisse, Marx considera a “capacidade de consumo” como fonte das necessidades da sociedade capitalista e distingue as necessidades “produzidas pela sociedade” das necessidades “naturais”. Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impulsiona o trabalho para além dos limites de suas necessidade naturais e cria assim elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, tão multilateral em sua produção como em seu consumo (1986: 29).

Para Heller, desde os Grundrisse até o terceiro livro do capital, a categoria necessidades naturais não muda de significado, mas seu conceito vai se

modificando para “necessidades necessárias”. Nesse texto, as “necessidades naturais” se referem à manutenção da vida humana (auto-conservação) e são naturalmente necessárias, uma vez que, sem sua satisfação, o homem não pode conservar-se como ser natural. Em *O Capital* as necessidades “necessárias” são aquelas surgidas historicamente, e não dirigidas à mera sobrevivência, na qual o elemento cultural, a moral e os costumes são decisivos e cuja satisfação é parte constitutiva da vida “normal” dos homens pertencentes a uma determinada classe de determinada sociedade (1986: 31).

Se tomarmos como ponto central de discussão a categoria necessidades necessárias, poderemos compreender que a não-satisfação das necessidades apontadas anteriormente pode ser considerada uma situação negligente. O sujeito dessa ação pode estar situado na família ou nas instituições, na sociedade ou no Estado.

No decorrer das discussões do grupo, analisamos as situações de abandono/negligência atendidas pela instituição. Pudemos então observar que existem vários outros aspectos que contribuem para esse quadro.

Em uma das discussões do grupo, ficou evidenciada a existência de uma negligência que se poderia considerar institucional. Os próprios profissionais explicitaram sentimentos em relação a tal situação. Não queremos aqui apontar que a instituição está equivocada na sua intervenção, mas é importante mostrar que existe uma relação cíclica e compartilhada na violência. Em se tratando das situações de negligência, isso aparece de forma sutil: nos níveis salariais dos profissionais e na ausência de vínculos empregatícios, o que não os estimula para um trabalho de qualidade e contribui para o permanente revezamento de técnicos nas instituições; na diferença salarial entre psicólogos e assistentes sociais; na falta de apoio logístico para a sua atuação; no não investimento em formação básica e em formação continuada (supervisão); na não previsão de

espaços de reflexão, na quantidade de profissionais para o atendimento direto etc.

Além desses aspectos, o grupo de profissionais pontua:

“Vocês lembram da nossa primeira discussão? O que ficou presente na relação com o abandono foi a questão estrutural, a situação sócio – econômica, que leva a família a abandonar. Aliás, existe uma série de fatores. Ficou evidente que no Crami o motivo pelo qual a família abandona é a situação financeira, mas observa-se que elas não querem abandonar, então isso é um dado. Mas, hoje, o que vemos aqui é que existe uma mudança freqüente dos profissionais, e isso também é um dado, não existe uma continuidade no trabalho, e essa questão não ocorre somente no Crami.” (Cristina, assistente social)

Dentro do contexto do Crami, como já foi citado no capítulo anterior, o que notamos nas atividades do grupo focal é a grande circulação desses profissionais. Observamos que somente algumas pessoas da equipe estavam registradas e dentro da legislação trabalhista vigente; outros profissionais encontravam-se na condição de prestadores de serviços, mas cumpriam horários e ações como se estivessem registrados na entidade.

As estagiárias também se mostraram insatisfeitas com o valor do salário, motivo que provocava a freqüente mudança de pessoal. É importante ressaltar que, no período entre novembro de 2004 e dezembro de 2005, saíram da instituição três assistentes sociais, duas psicólogas, uma estagiária de psicologia e quatro estagiárias de serviço social.

Os profissionais expressaram seus sentimentos com relação a essa questão. Consideram que existe, por parte da instituição, um abandono velado, ou seja, não se fala, não se discute, não se buscam outros caminhos para a mudança de tal situação.

“Então, assim, é um desrespeito maior da instituição com o profissional. Ele acaba tendo que parar com o trabalho dele, tem que parar com os atendimentos”. (Carla, assistente social)

“O usuário mesmo como é que fica?” (Christianne, psicóloga)

“Claro! Como é que fica nessa situação? Porque o Crami, o objetivo, na verdade, é promover a família, em virtude de uma situação específica, que é a violência. Dessa forma, quando você trabalha com isso, você não irá trabalhar de uma forma imediata, você deve ter contato, tem que realizar o acompanhamento contínuo com a família, precisa ter uma certa frequência no acompanhamento, porque senão não irá atingir o objetivo da instituição.” (Cristina, assistente social)

Os profissionais enfatizaram que na intervenção junto à família, vai se criando um vínculo entre o profissional e os membros dessa família. Existe uma atmosfera para o entendimento da dinâmica familiar, e, na medida em que os profissionais mudam com frequência, como vem ocorrendo, esses vínculos vão se modificando, até que a família acaba abandonando o tratamento.

“... As pessoas não te contam tudo, então existe um certo descaso...”
(Carla, assistente social)

Os profissionais ressaltam a importância de a instituição parar para refletir sobre essa questão, uma vez que é a qualidade do atendimento que está envolvida.

“Eu fico pensando como é que fica a auto-estima do profissional, como é que ele vai trabalhar com as famílias que abandonam. De uma certa forma, a auto-estima delas está lá embaixo, por vários motivos: econômicos, políticos, sociais, sexual, histórico, cultural... Como é que fica? Porque o nosso projeto central, nosso trabalho é recuperar a auto-estima, esse amor, esse vínculo, essas relações, mas somente em dias (de atendimento) fica uma coisa meio esquizóide, estranha, eu falo uma coisa e faço outra.” (Christianne, psicóloga)

Fica enfatizada nessa fala a importância da continuidade do atendimento e também a relação com o objetivo proposto pela instituição. Emerge também o significado que é dado ao trabalho dos profissionais da instituição e o quanto isso interfere na intervenção direta.

Os fatos apontados pelo grupo - a falta de verba, a ausência de vínculo empregatício, a não-garantia do trabalho - repetem-se em outras organizações

não-governamentais. A situação ocorre em todo o país, devido à questão do mercado de trabalho.

A carência de profissionais provoca na demora no atendimento, o que prejudica a intervenção da instituição nas situações de violência.

“Existem várias situações. Tem lista de espera do atendimento psicológico que está demorando desde 2001. E assim às vezes aquele caso grave, que você vai lá em cinco anos, que a menina já teve o bebê, já está casada... o agressor faleceu. E no serviço social às vezes tem casos que tem dois anos de espera”. (Assistente social)

“Existe uma diferença entre a parte administrativa e o corpo técnico que está ali, que está próximo no dia-a-dia, que realmente dá o seu trabalho... O profissional, por mais que tenha sofrido, ele não demonstra de forma alguma para quem ele está atendendo. Ele está ali, ele está de qualquer forma por inteiro. Seja o que for, ele está ali para dar um atendimento por inteiro. Então eu acho que é diferente a forma de lidar: ‘ah, não nós, nos preocupamos quando entramos no emprego. Como é que vai abandonar o caso ?Alguém saiu, como é que vai ficar?’ E agora, na parte administrativa, é diferente: ‘você saiu, saiu!’ (Carla, assistente social)

“Aqui nós temos uma preocupação. Quando alguém sai e não se preocupa, não está em equipe. O que eu mais admiro, o que eu mais gosto daqui é isso. O que eu percebo é que os profissionais gostam do que fazem, e parece que o mínimo de resposta que eles têm que dar parece uma grande coisa. Eu acho que é isso o trabalho de uma psicóloga, de uma assistente social, porque às vezes não conseguimos uma grande coisa. Vamos conseguir uma coisa aparentemente pequena que vai fazer com que aconteça futuramente uma grande mudança... uma aproximação... o trabalho da equipe e até a união da equipe é uma das coisas legais do Crami.” (Maria, estagiária de psicologia)

“É fundamental, ainda mais para trabalhar com uma situação de violência doméstica, que não é fácil, pelo fato de ter atendimentos que não são fáceis. Tem pessoas que às vezes chegam no Crami e contam situação de caos.” (Cristina, assistente social)

“E isso mexe com questões pessoais”. (Neide, assistente social)

“Questões pessoais, porque os valores nós não deixamos pendurados lá fora, nós sempre carregamos eles, e o quanto é importante sabermos isso para não interferirmos nos atendimentos com os nossos valores.” (Cristina, assistente social)

“Em uma aula o meu professor disse: ‘vocês não têm que colocar o valor pessoal de vocês no grupo’, porque cada pessoa é uma pessoa com sua história de vida diferente, coisas que aconteceram que irão influenciar na dinâmica deles com outras pessoas e nas suas

relações... eu acho que isso é em tudo, para todos os tipos de atendimento... você tem o profissional que tem os seus valores internos, mas esses valores não têm que afetar o outro diretamente. Você tem que trabalhar com o que o outro traz para você e sua possibilidade de ajuda.” (Maria, estagiária de psicologia)

“Eu acho que nessa discussão nós passamos por um processo, primeiro do desânimo, do descrédito, sentindo-nos desvalorizados, e depois nós dissemos algumas coisas que nos motivaram, que são os atendimentos. Então, assim, o que é mais importante é o atendimento mesmo, é tentar fazer o melhor pela família, e quando estamos no atendimento esquecemos todas as nossas insatisfações... Deixamos de lado o individual... Deixamos nossas questões com relação à instituição e pensamos no atendimento. Eu acho que isso faz o nosso trabalho, e aí nós nos motivamos no atendimento...” (Neide, assistente social)

“O interessante é que nós nos motivamos muito, somos profissionais amadurecidos... e isso percebo em todo mundo aqui, a possibilidade de se indignar, de se comover, de se preocupar muito. E todo mundo aqui é assim, à vezes nos desanimamos, porque tem o desânimo pessoal, tem o problema pessoal, só que ao mesmo tempo, existe uma motivação da equipe... é uma torcida para que aquele ser melhor e consiga sair dessa condição e possa construir novas relações. Então assim é uma motivação conjunta, é um esforço conjunto.” (Neide, assistente social)

O grupo, na discussão, fez referência ao abandono que sente por parte da instituição, mas em momento algum seus integrantes se colocaram como pessoas não envolvidas nas situações. Inclusive, citaram outra situação do atendimento, na qual os profissionais que realizaram a intervenção perceberam o quanto é importante o trabalho do Crami na vida de pessoas que estão abandonadas.

“... Vocês colocaram o sentimento de vocês com relação ao abandono que estão sentindo em relação à instituição, o que você estão sofrendo, mas, olhem onde nós chegamos, num atendimento do dia-a-dia, no cotidiano de atendimento. Existe um acreditar, uma possibilidade de mudança dessas famílias. Acredito que essa situação do abandono que vocês sentem em relação à instituição é um dado importante que não se pode deixar de discutir. Tem que colocar para fora, tem que tentar discutir de uma forma coletiva, para conseguir uma alternativa de mudança, porque o trabalho é importante, surte efeito, é a longo prazo. É importante um trabalho contínuo.” (Cristina, assistente social)

Ficou evidenciada a importância de se discutir tais situações, os problemas que acarretam à intervenção na medida em que a própria instituição não assume

suas responsabilidades enquanto parte integrante desse ciclo de violência. Como já foi apontado anteriormente, a proteção integral à criança e ao adolescente é compartilhada, e para que isso aconteça é necessário um envolvimento maior, um comprometimento de todas as instâncias envolvidas.

Nas situações de violência doméstica contra a criança e o adolescente, o fator tempo é importante, pois são várias as situações em que o profissional necessita tomar atitudes rápidas e precisas para garantir a proteção integral, mas, para que isso ocorra, a instituição deve oferecer respaldo à equipe, para que não aconteça uma intervenção abandonante.

“Olha, eu comecei essa semana, mas estou terminando muito feliz essa semana, por causa dessa adolescente (atendimento realizado) que me tocou muito. Eu acho que sempre tem que ter uma esperança, tem que ter fé. Eu acho que o nosso trabalho está diretamente ligado à fé. Não estou falando de fé religiosa, ou é também, de acreditar... Esse momento de reflexão é muito importante, nós precisamos desse momento! Acho que isso traz para mim um renascer, para poder falar, desabafar e crescer mesmo, discutindo, colocando... Nós precisamos disso, porque não temos esses momentos. É muito corrido aqui no Crami. Então a gente parar para discutir, é muita energia... é começar a semana de uma outra forma.” (Christianne, psicóloga)

3.2.2 Na perspectiva da sociedade e do Estado

Para que o grupo refletisse mais sobre a negligência da sociedade e do Estado, foi apresentado um texto sobre as Aproximações ao conceito de negligência, construído pelos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do qual a coordenadora é a Profa. Dra. Myrian Veras Baptista, orientadora desta dissertação.

O artigo não havia sido publicado na revista de serviço social e foi apresentado ao grupo focal para leitura e considerações, como uma contribuição para as reflexões. O texto foi publicado, posteriormente, na revista *Serviço Social & Sociedade* n. 83, Ano XXVI – Especial 2005.

Para o grupo, foi importante a discussão do texto, uma vez que não existiam documentos que pudessem subsidiar as discussões e que apresentassem de fato um novo olhar sobre a negligência.

Algumas considerações do grupo focal:

“Eu acho que foram abordadas muitas questões, e que dá para entender que existe um fluxo natural de negligência na sociedade e que, hierarquicamente, que quanto maior poder, mais condições de conseguir proteger ou ter responsabilidade de assumir dentro da sociedade pela situação da comunidade ou mesmo do indivíduo, mas as pessoas, quando não assumem essa responsabilidade, se fazem negligentes. Agora, assim, são vários aspectos que podem somar a sua responsabilidade. Agora eu fico pensando por que disso, por que as pessoas ficam numa posição em que elas são responsáveis pelo outro ser humano, assumem cargos que são responsáveis pelo funcionamento da sociedade ou das instituições e num determinado momento não conseguem se responsabilizar pelo próprio contrato, contrato de responsabilidade. Eu fico imaginando por que antes eu pensava assim, que, diante da pobreza e de tanta privação, a pessoa não consegue assumir, porque ela não tem condições mentais e econômicas, mas aí eu fico pensando nas pessoas com um melhor poder aquisitivo. Então por que não assumem? Entra a questão dos vários aspectos da negligência, do descaso, de estar desviando o foco de atenção das responsabilidades para questões pessoais... As pessoas desviam os seus valores... E eu acho que a corrupção é um outro tipo de negligência, mas aí eu fico pensando: Será que esse tipo de negligência, de falta de responsabilidade, também não depende de uma saúde mental? Será que tanto a pobreza como a riqueza não proporcionam essa falta de saúde mental? Quando falamos de injustiça, quando falamos da pessoa assumir o poder, e começar através de benefícios, e de se corromper. Eu acho que existe uma questão de saúde mental tanto na pobreza quanto na riqueza, quando a pessoa tenta abdicar através da falta de responsabilidade, negligenciando as pessoas que elas têm que proteger. Eu acho que é uma questão de saúde mental, vai perdendo os seus valores. Porque, quando ela perde os seus valores, ela já não vê o outro como uma pessoa de valor.” (Valéria, psicóloga)

O grupo coloca em evidência a questão da responsabilidade de pessoas ou grupos que assumem cargos de responsabilidade perante a sociedade e que, de uma certa forma, não assumem o seu papel e utilizam-se do poder para atender a suas necessidades individuais. Essa questão permeia toda a discussão.

“Parece que a negligência, ela está em todas as situações, em muitas situações, tanto em classes menos favorecidas quanto em classes mais favorecidas, mas o contexto da negligência muda. Existe a questão da saúde mental, existe a negligência cultural e até a negligência por falta de condições financeiras, condições adequadas de moradia... (por exemplo). A pessoa quer trabalhar e não tem quem fique com seu filho, tem que deixar a criança sozinha e isso é uma questão de negligência, mas envolve a questão da sobrevivência.” (Maria, estagiária de psicologia)

“No texto, é apontada uma negligência intencional e uma não-intencional, porque a pessoa não poderia ser responsabilizada por aquilo, ou seja, ela não tem o respaldo financeiro, econômico, ela não tem condições de se manter, de manter a criança, ela acaba sendo negligente, e aí ela vai ser culpabilizada por isso? Porque no estatuto (ECA), está muito claro quem é o primeiro responsável, é a família...será que de fato elas são negligentes ou será que estão sendo negligenciadas ?” (Cristina, assistente social)

O fator intencionalidade é importante de se discutir, uma vez que pessoas que estão em situação de privação, de abandono pela sociedade e pelo Estado não devem ser culpabilizadas pela negligência. Podem estar nessa situação pela ausência de condições materiais, o que muitas vezes permeia a ausência de políticas públicas que dêem conta desses problemas. Entretanto, a intencionalidade se configurará na medida em que os responsáveis pelo atendimento de uma necessidade, possuírem as condições necessárias para supri-la e não o fizerem.

“Eu falei de uma negligência hierarquizada, mas eu acho que é desencadeada... porque eu acho que ela é desencadeada de alguma forma pelo poder, pelo poder das pessoas que podem, que poderiam estar protegendo, que poderiam estar fazendo alguma coisa realmente através das suas vontades, dos seus valores, do seu poder econômico, financeiro, e acabam negligenciando...” (Valéria, psicóloga)

“Essas pessoas seriam o Estado?” (Cristina, assistente social)

“Eu diria o Estado, mas também o cidadão, porque as pessoas não assumem as responsabilidades sociais delas, as responsabilidades em que elas realmente possam participar de alguma forma de todo esse fluxo de negligência... Por exemplo: vamos pegar um administrador público que começa ser conivente com os desvios de verba, começa a ser conivente com os interesses políticos partidários, e então esse é um poder que corrompe e que negligencia a sociedade. Agora, não é só o Estado. Ele vem principalmente do indivíduo. Aí falaria assim, na questão da classe média, que poderia não ter um poder econômico assim, mas ela poderia ter o poder da própria vontade de estar participando dos conselhos, de estar participando das reuniões. Por quê? Porque ela não negligenciaria a sua atividade como cidadã e não

fecharia os olhos para tudo o que está acontecendo. E eu diria do pobre que está lá, naquela pobreza, que está vendo a sua própria situação, passa isso para os filhos, de uma forma violenta, como se eles fossem culpados da própria situação de privação. E aí falamos dessa omissão... E aí a sociedade está doente, o indivíduo está doente.” (Valéria, psicóloga)

O que aparece na discussão é que as responsabilidades pelas situações de negligência estão diluídas no papel de cidadãos e Estado. Os espaços dos conselhos de direitos poderiam propiciar as mudanças no quadro de exclusão existente, mas é necessária a participação da sociedade para que de fato ocorra a discussão e a busca da efetivação desses direitos.

A classe média é citada como uma classe que resiste em enxergar o que está acontecendo e assumir suas responsabilidades na mudança.

“A classe média no Brasil, ela é usada como uma válvula de escape... Por exemplo, se analisarmos o Movimento dos Sem Terra, para a classe média a sua ideologia aparece da seguinte forma: ‘eu vou lutar para quê? Eu tive que trabalhar, e eles agora vão invadir aleatoriamente qualquer parte?’ Então é usado. E essa educação que é colocada para a classe média é como uma válvula. Ela vai ter que estar segurando a pressão da classe um pouco mais favorecida. Então eu acho que a negligência é muito maior. Eu acho que é também da forma como é colocado na educação, a educação no contexto não só escolar, mas no geral. Não é discutida a política em si... Qual é a frase mais ouvida do brasileiro? ‘ah, eu não gosto de política, eu odeio política’... O que é a política, qual o seu conceito? (Carla, assistente social)

A forma como se discutem as questões relacionadas a política vão determinando o olhar e vão construindo opiniões sobre determinados assuntos. Na discussão fica claro que a educação tem papel fundamental para transformar e mudar a sociedade. É ressaltado pelo grupo que a educação não está somente no ambiente escolar, mas ela se faz presente em todos os espaços das relações humanas.

O grupo cita as palavras escritas na bandeira brasileira: “Ordem e progresso”, que do ponto de vista de seus integrantes pode promover o enraizamento de uma certa passividade, uma obediência ao poder, uma conformidade e um

enfraquecimento daquele que não detém o poder. Também acredita que a negligência está presente na questão cultural, ou seja, o enraizamento da cultura apreendida ao longo da vida de cada pessoa se reflete em ações muitas vezes tidas como negligentes, o que se reproduz no ciclo geracional.

“Cultural, mas é uma desorganização interna da pessoa e aquela cultura está tão enraizada que, por mais que você ofereça condições, até financeiras, nos nossos programas, parece que a família não tem interesse, porque está tão acomodada naquela situação que não vê saída e não vê por que mudar aquela situação, eles não entendem por que têm que mudar, porque para eles está tudo bem... Eu acho que a negligência é uma questão cultural, é o que dificulta mais nesse aspecto de elaboração de definições, de todas essas dificuldades que nós temos ao trabalhar com a questão. Por exemplo: lá no Nordeste as mães deixam seus filhos pequenos de 7 anos cuidando dos menores; aqui, quando isso ocorre, colocamos como um risco, mas para elas isso é normal. Um outro exemplo são meninas de 12 ou 13 anos irem morar com homens mais velhos. Atendemos como abuso, mas, para elas, é uma questão cultural. Então, para mim, a negligência é uma questão cultural, é uma coisa com que as pessoas estão acostumadas, que para elas é natural, e nós temos outros valores...” (Neide, assistente social)

Fica evidenciado o choque de valores culturais das pessoas atendidas pelo Crami e dos profissionais. Os exemplos citados fazem referência à Região do Nordeste, mas sabemos que muitas vezes as pessoas são abandonadas pela falta de informação e pela ausência do Estado, o que pode acarretar atitudes que podem ser consideradas negligentes.

A negligência passa a ser vista sob vários aspectos: cultural, social, econômico, emocional.

“Eu não acho que é somente cultural. Acho que é ausência do Estado, mas também tem a responsabilidade da sociedade civil, de nós, cidadãos. Você vê criança na rua brincando, fazendo malabarismos, e ninguém nem olha. ‘Ah, moleque, sai daqui’. Mas eu também vejo aqui no Crami pais que têm condições financeiras, não muito altas, mas razoáveis, que são negligentes. Aí aparece mais uma questão emocional... Eu diria que existe essa questão da pobreza, da exclusão, mas eu sempre toco nesse ponto, a negligência de pais que têm condições financeiras até elevadas, que eu vejo na escola da minha filha que estuda em colégio particular e que tem (crianças) que ficam lá, não têm atenção... crianças que ficam com a babá sábado ou domingo, e eu perguntei para ela (babá): e a mãe dela? ‘Ah, nossa,

ela fica muito pouco tempo com ele... Ela diz que não tem paciência não!” (Christianne, psicóloga)

Com relação à questão abordada pelo grupo, foi apresentada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*³⁴ uma pesquisa que aponta que passar pouco tempo com o filho, não impor regras ou limites, evitar beijos e abraços pode fazer com que as crianças tenham baixa auto-estima, experimentam estresse, dificuldade de se relacionar socialmente e até depressão. A pesquisa foi realizada em 2002, e 3 mil crianças e adolescentes foram avaliados e opinaram sobre os pais. Foi realizada pelo Núcleo de Análise do Comportamento da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A pesquisa mostrou que 56,1% das crianças e dos adolescentes que sofrem de depressão e 73% que estão estressados são filhos de pais negligentes. Os pais negligentes, nessa pesquisa, seriam pessoas que estabelecem poucas regras e limites, que oferecem pouco afeto e não se envolvem na vida dos filhos, passam pouco tempo com eles, abraçam e beijam pouco, não participam da vida escolar da criança ou do adolescente e não conhecem os amigos do filho.

O grupo apontou que existem várias facetas na negligência, que ela é multifatorial e está presente entre todas as classes sociais.

Foram abordados os fatores intencionalidade e eventualidade na negligência. Seria uma atitude intencional quando o responsável tem a noção do risco e coloca a criança e o adolescente nessa situação. Mas, também pode ocorrer uma situação eventual, que seriam momentos, fatos, acontecimentos envolvendo a criança e/ou o adolescente que provocassem algum acidente, porém sem uma intencionalidade, e, portanto, os responsáveis não poderiam ser considerados totalmente negligentes.

³⁴ Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo*, A30, VIDA&, domingo, 14 de agosto de 2005.

Essa questão da intencionalidade aparece nas ações do Estado, como algo que fica evidente, mas existe um descaso.

“Um descaso, porque isso é muito evidente, não tem como tapar. A gente não tapa o sol com a peneira porque está escancarado. Vemos crianças necessitando de cuidados com saúde, escola, educação, e vemos por outro lado a corrupção, o mensalão, um monte de coisas que impedem que essas verbas cheguem aos seus objetivos, os objetivos necessários e reais. Agora, quando falo de uma não-intencionalidade, eu não estou falando nem de eventualidade, porque às vezes não dá para prever. Por mais que você queira, não dá para prever alguns acidentes que acontecem, e a não-intencionalidade está ligada a uma educação, informação...” (Valéria, psicóloga)

“Acho que é se importar com o outro. Está faltando essa questão, até pelo Estado. Essa CPI que estamos vivenciando agora, ninguém se importa. Não ninguém, mas muita gente que está lá no poder não tem esse olhar com o próximo, com o outro... Acho que o que você falou da negligência, que as pessoas são inconscientes ou então não têm a informação, mas tem gente que também é inconsciente do quanto é importante e negligencia. Essa violência é invisível, nem se dá conta do quanto é importante conversar com o filho, ‘como você está?’, trocar uma idéia. As pessoas estão um pouco cegas para algumas questões, porque tem criança que sofre negligência. Elas têm tudo em casa, mas elas são negligenciadas, e os pais não percebem a importância de conversar, de ter carinho, de colocar a criança nessa dimensão que a gente tem aqui no Crami, mas dentro de casa não tem; não percebem que é importante, acham que não, o importante é só dar o que elas precisam ter materialmente. Parece que a sociedade está muito doente.” (Christianne, psicóloga)

O grupo apontou vários fatores que influenciam nas situações de negligência e o quanto a sociedade e o Estado interferem nessa relação. Essa discussão passa pelos princípios e valores morais que são construídos historicamente dentro dessa sociedade. Uma das componentes do grupo ressalta que o processo histórico que o país passou, também influenciou as relações estabelecidas no Estado, na sociedade e na família.

“De qualquer forma, eu acho que tudo o que está sendo dito, a gente está falando de cultura. Quando a gente nasce, a gente nasce num lugar que tem uma história, e somos educados a partir dessa história. E quem nos educa também foi educado a partir dessa história. E o nosso país, ele já foi descoberto, já foi colonizado com a idéia de exploração do mais fraco, tanto relacionado com a intelectualidade quanto o relacionado com o dinheiro. E a moral também foi utilizada para dominar e controlar, porque quando a Igreja foi falar dos jesuítas, o

interesse era dominar os negros e os índios. Então, todas as nossas políticas públicas e a nossa educação, e mesmo sutilmente, a nossa educação religiosa, ela perpassa pelo interesse do mais forte. Então as pessoas são educadas para ganhar, para tirar partido de alguma coisa. De certa forma, todos em nosso país que têm essa miscigenação tão grande. Porque eu acho que seria muito difícil criar leis e regras para um lugar, um território tão amplo, tão diversificado. Como ser coerente, como ter regras que consigam alcançar as mais diferentes classes econômicas, intelectuais e demais que a gente tem no país inteiro? Acho que certa forma, um equilíbrio mínimo deve se encontrar, em algum lugar a gente encontra, mas eu acho que existe, de uma forma generalizada, uma imaturidade emocional na população brasileira. Eu não posso falar de outras, porque eu não conheço outras, porque outros países com dinheiro, com acesso à cultura, quando existe um equilíbrio moral, afetivo e religioso, não precisam nem de lei para que o respeito ao próximo aconteça. Acho que, quando a gente precisa de muitas leis e muitas normas, é porque a gente está precisando de fora de alguma coisa que a gente não adquiriu dentro, e a gente está falando de equilíbrio afetivo, emocional, que vai ser permeado um pouco pela moral, mas a moral muda de tempo para tempo, a moral vem baseada nos interesses de alguém que conseguiu manipular as emoções, é uma construção histórica. Então eu acho que no nosso país e nas pessoas que nós atendemos, aquele que está negligenciando, ele também é imaturo afetivamente, mesmo quando ele tem acesso econômico, quando ele tem acesso cultural, mesmo quando ele teve acesso a estudo, lei, informação. Mas assim, conhecer as regras, é uma coisa muito diferente de aplicar as regras. Para aplicar, você precisa estar preparado. E quem está preparado? Quem é que foi educado para prepará-los? Algumas pessoas adquirem no seu próprio amadurecimento pessoal, por fatores diversos, que várias teorias vão explicar. Acho que algumas pessoas conseguem amadurecer afetivamente e se destacar para aplicar, mas o primeiro passo é uma questão de auto-estima: primeiro eu cuido de mim, primeiro eu aprendo a me respeitar e aí eu começo a aplicar fora. Do meu ponto de vista, passa muito pelo desenvolvimento pessoal, individual, porque existem aqueles que no meio da confusão ainda assim conseguem, sem que ninguém tenha ensinado a respeitar. Ele sabe, mas ele tem um controle maior de si mesmo, é afetivo, não é econômico nem intelectual, se bem que não tem como a gente negar que, tendo o acesso à cultura e ao dinheiro, isso pode ser facilitado, mas não é critério, não é porque tem que vai fazer. Mas é o equilíbrio emocional, sem sombra de dúvidas, onde ele existir, existe o respeito. Precisa do equilíbrio individual, emocional. Isso é uma construção mesmo de um por um, socialmente. Nem as nossas políticas têm equilíbrio, porque aqueles que falam para construir as políticas ainda não têm, porque todos nós somos filhos da história do país que não veio com a intenção de desenvolver as pessoas que aqui estavam, veio com o interesse de explorar e continuar deixando todo mundo muito cego, para continuar explorando. Alguns conseguem sair disso, mas só alguns, e acho que a gente já tem muito tempo. Veja lá as leis que nós temos, ECA, LDB, e outras tantas. Para começar, elas precisam ser discutidas nos órgãos públicos, entre os profissionais da área da saúde e educação. Leva dez a quinze anos para começarem a ser discutidas e compreendidas. (Cristiane, psicóloga)

Fica evidenciado também o papel do Crami enquanto mediador entre instâncias na questão da negligência, uma vez que a entidade tem papel político-social e transformador.

O grupo foi finalizando as discussões, observando que, na questão da negligência, todos têm sua responsabilidade enquanto parte integrante de uma mesma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – ALGUNS APONTAMENTOS

O grupo proporcionou uma nova visão, uma nova percepção, uma reflexão sobre a negligência, porque até então o conceito com que a instituição trabalhava limitava-se à perspectiva de uma situação de violência doméstica que muitas vezes acontecia porque os pais ou os responsáveis eram negligentes. Mas a discussão em grupo fez com que se pensasse na negligência social que ocorria também com aquela família.

Muitas vezes, uma família com comportamento negligente de alguma maneira também viveu esse tipo de violência, que é uma negligência sofrida em nível de sociedade e que, às vezes, até os próprios profissionais sofrem. Talvez ela não se configure como uma negligência por parte dos pais, ou da família, ou algo assim, mas é resultado de atos políticos, de pessoas que seriam responsáveis por uma melhora na vida social. Nesse sentido, a negligência também pode ser vista, além de uma questão cultural, também como uma questão estrutural.

As discussões puderam contribuir para o fortalecimento de uma reflexão muito mais apurada, tendo por base o dia-a-dia difícil do trabalho com a questão da violência doméstica, porque ela vem de encontro a algumas questões pessoais, e os profissionais se deparam muitas vezes com a impotência decorrente das omissões nos diferentes planos das práticas sociais.

A oportunidade das discussões abriu espaço para se pensar em superações, em mudanças gradativas, com o envolvimento dos próprios profissionais, agora mais fortalecidos. O próprio fato de o grupo sentir que pode contribuir para outro significado para a negligência e de haver a possibilidade de colocar isso no próprio manual do Crami, a partir de uma construção conjunta, uma construção coletiva, apoiada na atividade, na realidade, foi algo pensado, construído e atualizado, tendo como ponto de partida um conhecimento externo, um conhecimento científico.

Acredito que a discussão sobre a negligência passa necessariamente por uma discussão sobre ética: quando alguém é negligenciado, isso causa sofrimento e prejuízo. Essa questão envolve também direitos: todo homem é sujeito de direitos e de necessidades que precisam ser atendidos. As dimensões dessa ética ultrapassam os limites pessoais: temos que parar para refletir um pouco por que o mundo está negligente. Mesmo em questões mínimas, como de uma mãe em relação ao filho, ou do empregador em relação ao empregado, do homem em relação ao mundo... essas ações têm que passar por esse crivo da ética.

A idéia-base da reflexão provocada por esta dissertação é esta: como, no dia-a-dia, no cotidiano do trabalho, se pode alcançar transformações que garantam direitos? Isso não significa que os profissionais vão mudar o mundo, mas que podem contribuir para que ocorram transformações tanto no ambiente familiar, quanto no institucional e nas relações sociais. Esta é uma responsabilidade ética de cada instância que está relação ao outro, em relação ao trabalho que se executa.

Essa reflexão não se restringe às relações com as famílias que são atendidas, com as crianças, com os adolescentes, mas abrange também as ações parceiras com outras instâncias, por exemplo, com o Conselho Tutelar, com a Vara da Infância e Juventude e com a sociedade.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marina Maciel. *Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learningo Ltda., 2004, 4ª reimpr. da 2ª ed. de 1999.
- ANDER-EGG, Ezequiel. *Introducción a las técnicas de investigación social – para trabajadores sociales*. 5. ed. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1976.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978.
- AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane de Azevedo. *A violência doméstica na infância e adolescência*. Robe Editorial, 1995. (Série Encontros com a Psicologia)
- _____. (orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.
- BAPTISTA, Myrian Vêras. Ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. (orgs.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *O método na economia política Karl Marx*. Texto comentado por vários autores, em tipo menor. Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. 30p. (Mimeo) (s/d [a]).
- _____. *A relação teoria/prática*. Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. 37p. (Mimeo) (s/d [b]).
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo – L'analyse de contenu*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Presses Universitaires de France, 1977.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Os fundamentos sócio-políticos da ética. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: reprodução social e política*

social. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Módulo II: Brasília, Cfess/Abepss/Cead, UNB, 1999.

_____. *Ética e sociedade*. Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2000.

BERNAL, Elaine Marina Bueno. *Arquivos do abandono – experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2004.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONETTI, Dilsea A. (org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAILVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

CHAUÍ, M. *Ética e violência*. Colóquio interlocuções com Marilena Chauí. São Paulo, 1998.

COHN, Amélia. Transferência de renda e questão social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (coords.). *Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Biblioteca da Filosofia e História das Ciências. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. n. 10.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. 18 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Boletim de políticas sociais – Acompanhamento e análise. Políticas para infância e adolescência e desenvolvimento*. Brasília, Ipea, 11 ago. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/Publicacoes/detboletins> acesso em 25.07.2006.

_____. Serviço social: questões presentes para o futuro. In: *Serviço Social e Sociedade* nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Estratégias em serviço social*. São Paulo: Cortez, 1997.

FÁVERO, Eunice Teresinha (org.). *Perda do pátrio poder: aproximações a um estudo socioeconômico*. São Paulo: Veras Editora, 2000.

_____. *Mães e (pais) em situação de abandono – quando a pobreza é o fator condicionante do rompimento dos vínculos do pátrio poder*. São Paulo, 2001. Tese (Doutoramento em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, PUC-SP.

FERRARI, Dalka C. A. & VECINA, Tereza C. C. (orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. (Série Pesquisa em Educação).

GUARÁ, Isa M. F. R. Necessidade e direitos da criança e adolescente. In: *Cadernos do NCA*. São Paulo: PUC, 1995.

_____. Breve introdução à teoria das necessidade. *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 57 – Ano XIX – Julho 98 – Temas Contemporâneos.

GUERRA, Viviane N. de A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada* 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1998

_____. Apostila Telecurso de especialização na área da Infância e violência doméstica – 1^A/B *pondo os pingos nos is*. Guia prático para compreender o fenômeno, 1997.

- _____. *A violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Nobel, 1995. (Série Encontros com a Psicologia).
- HELLER, Agnes. *Para mudar a vida – felicidade, liberdade e democracia – entrevista a Ferdinando Adornato*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Além da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____. *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona: Editora Península, 1987.
- _____. *Uma revisión de la teoria de las necesidades*. Barcelona: Editora Península, 1986.
- HOBBSBAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- IANNI, Octavio. *Dialética e capitalismo*. Ensaio sobre o pensamento de Marx, 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unicef, 1994.
- MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.
- MANN, Peter H. *Métodos de investigação sociológica*. Trad. Octavio Alves Velho. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Desafios do serviço Social na transição para o próximo milênio. *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 57. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____(org.). *Pesquisa qualitativa – um instigante desafio*. São Paulo, Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1).
- _____. *Serviço Social, identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Sentido e direcionalidade da ação profissional*. Projetos ético-políticos em Serviço Social. Seminário da Universidade Nacional de La Plata, Argentina, 2004.

_____. (orgs.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX & ENGELS. *A ideologia alemã (I Feuerbach)*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia – Resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. Trad. e introd. José Paulo Neto. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Trad. e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Bointempo, 2004.

_____. *Para a crítica da economia política [e outros escritos]*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

MATTAR, Enza & CRUSCHINA, Bueno. *A violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes; o reordenamento institucional na perspectiva da defesa de direitos*. São Paulo, 2003. Dissertação (mestrado). PUC-SP.

MIONE, Apolinário Sales, MATOS, Maurício Castro de & LEAL, Maria Cristina (orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social – Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIOTO, R. T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: *O trabalho dos assistentes sociais e as políticas sociais*. Brasília: UNB, 2000. p. 217-24.

NARHI, Kati. *Conhecimento transmissível e negociável* – Construindo uma especialização para o Serviço Social no futuro. Universidade de Jyväskylä/Finlândia, 2002. (Mimeo).

NETTO, José Paulo. Introdução. In: *A miséria da filosofia* – Resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Global, 1985.

_____. Prólogo. In: *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 01: Crise contemporânea, questão social e serviço social*. Brasília, Cfess/Abepss/Cead/UNB, 1999.

_____. Razão, ontologia e práxis. In: *Serviço Social & Sociedade* – Revista quadrimestral de Serviço Social – Ano XV – n. 44 – Abril 1994 – Cortez .

NICOLETTI, Aparecida Eliane. *Valores e direitos humanos: meninos e meninas em situação de rua na região central de São Paulo*. São Paulo, 2006. Dissertação (mestrado). Faculdade de Serviço Social, PUC-SP.

OKAMURA, Laura Keiko Saka. *A trajetória jurídico-processual*. São Paulo, 1995. Dissertação (mestrado). Faculdade de Serviço Social) – PUC-SP.

OLIVEIRA, Rita de Cássia (org.). *O abrigo na cidade de São Paulo: conhecendo a realidade dos abrigos e dos abrigados*. São Paulo, AASPTJ/PUC-SP/ORSA/SAS, 2004 (Mimeo).

PASSETTI, Edson (coord.). *VIOLENTADOS* – Crianças, adolescente e justiça. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

_____. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 109).

PAULINE, Young. *Método científico de investigación social*. México, Instituto de Investigacione Social, 1966.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Ceru-FFLCH/USP, 1983.

Revista Serviço Social e Sociedade nº 71 – Ano XXIII – Especial 2002 – Famílias – Cortez.

Revista Serviço Social e Sociedade nº 80 – Ano XXV – Novembro 2004 – Política Nacional de Assistência Social – Versão oficial (encarte) – Cortez.

Revista Serviço Social e Sociedade nº 83 – Ano XXVI – Especial 2005 – Criança e adolescente – Cortez.

RODRIGUES, Maria Lúcia On. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar In: MARTINELLI, M. L. (orgs.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

RIZZINI, I. (org.). *A criança no Brasil de hoje: desafios para o 3º milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária de Santa Úrsula, 1993.

_____. *A arte de governar crianças: a história da políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

_____. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Maria Lúcia & SILVA, Alaíde Maria Morita Fernandes da. *Grupo focal*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, 2002. 10p. (Mimeo).

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- SALES, M. A. Questão social e direitos no horizonte da ética profissional. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 02: Reprodução social, trabalho e Serviço Social, Brasília, CfessAbepss/Cead, UNB, 1999.
- SANTOS, Marco Antonio C. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SARACENO, Chiara. *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 221-31. (Mimeo).
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho – Um estudo sobre a moral dos pobres*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SEVERINO, Antonio Joaquim Severino. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SOUZA, M. P. *A publicização da violência de pais contra filhos: um estudo das implicações da denúncia*. São Paulo, 2000. Tese (doutoramento em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, PUC-SP.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SZYMANSKI, Heloísa. *Cadernos de Ação nº 01 – Trabalhando com Famílias – CBIA/SP – IEE-PUC-SP*, 1992.
- TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- VELTRI, Marcos. *A construção da identidade profissional do orientador de liberdade assistida comunitária: o processo de equilíbrio do saber, do fazer e do poder*. São Paulo, 2006. Dissertação (mestrado). PUC-SP.
- VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.

VITALE, Maria Amália Faller & ACOSTA, Ana Rojas (orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. IEE/PUC-SP, 2002.

_____. In: CASTELLO, W. A. (org.). *Grupos: a proposta do psicodrama*. São Paulo: Agora, 1999. p. 165-78.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore, Bógus, Lucia, Yazbek, Maria Carmelita(orgs.) – *Desigualdade e a questão social* – São Paulo:EDUC, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: *Reprodução social, trabalho e Serviço Sócia: Módulo 2 do Curso de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais Cfess/Abepss/UNB*, Brasília, 1999.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: *Temporalis*. Brasília: Abepss, 2001.

_____. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: *Capacitação em Serviço Social e política social – Módulo 4 – Brasília, Cead*.

_____. Voluntariado e profissionalização na intervenção social. In *Intervenção Social. Revista do Instituto Superior de Serviço Social*. Lisboa/Beja, Portugal, 2002.

Documentos:

BRASIL, Código de Menores. Lei Federal n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Organização dos textos, notas remissivas e índice por Juarez de Oliveira. 9. ed. atual. e aum. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASIL, Lei Orgânica da Assistência Social. Lei Federal n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, Lei nº 8.662/93, de regulamentação da profissão, 3. ed. rev. e atual.

Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Declaração Universal dos Direitos do Homem.

DOSSIÊ CRAMI – 2002.

IPEA/DISOC – Levantamento Nacional de Abrigo da rede SAC. Relatório de Pesquisa n. 1. Brasília, 2003 (não publicado).

Política Nacional de Assistência – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica – NOB/SUAS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social – Brasília, novembro de 2005.

Regimento interno da Rede de Atenção à Criança e Adolescente de Diadema – Recad. In: Estatuto da Criança e do Adolescente – ed. rev. e atual. com índice temático, Diadema, novembro de 2004.

Relatório Crami – O que podemos oferecer?, junho de 1998.

Consultas na INTERNET:

<http://www.adolesc.br> em 20.10.2004

www.andi.org.br em 08.09.2005

<http://www.ibge.gov.br/mtexto/pnadcoment2.htm> em 07.08.2006

<http://www.nossosaopaulo.com.br/reg-13/reg13.htm> em 25.07.2006

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Diadema&codmun=351> em 25.07.2006

<http://www.usu.br/cespi/marclegi.htm> em 25.07.2006

www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a07.pdf em 31.07.2006

<http://www.usu.br/cespi/marclegi.htm> em 31.07.2006

www.forumdca.org.br em 25.07.2006

www.conanda.org.br em 25.07.2006

<http://www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/reportagem.csp?OBJID=3212> em
26.07.2006

Jornal *O Estado de S. Paulo* – A30 VIDA& – Domingo, 14 de agosto de 2005.

ANEXOS

Anexo I

Carta ao Crami

Santo André, 24 de agosto de 2.004.

Ao

Crami Santo André

Att. Dr. Ronaldo Gomes Vasque – Diretor Técnico

Venho através do presente, solicitar autorização para a realização de pesquisa junto aos profissionais desta instituição, especificamente, do Crami - Unidade Diadema.

Informo que estou realizando mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, no programa de Serviço Social, com orientação da Prof. Dra. Myrian Veras Baptista. A proposta é de realizar entrevistas com os profissionais e pesquisa documental, com o intuito de embasar a minha dissertação de mestrado que estará abordando o tema: Abandono na abundância – um estudo sobre as situações de abandono atendidas pelo Crami.

Sendo só para o momento,

Atenciosamente,

Maria Cristina de Oliveira

Assistente Social

Cress 25382

Anexo II

Roteiro para discussão do Grupo Focal

Nos encontros foram utilizadas algumas dinâmicas para fomentar a discussão, utilizamos da técnica Tempestade de Idéias que visa a construção de novos significados para determinado assunto através do jogo de palavras. Cada participante do grupo contribui com palavras ou idéias que se aproximam do tema discutido. Temas que nortearam as discussões:

- Abandono;
- A dimensão do abandono familiar;
- Discussão sobre um atendimento da instituição;
- O abandono Familiar;
- Negligência;
- As múltiplas faces da negligência.